

1

# DIREITO CIVIL

## Parte Geral

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

**22<sup>a</sup>**  
edição **revista e  
atualizada**



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e *todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora*. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.01.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Alameda Arapoema, 659 – Sala 05 – Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

V575d  
v. 1

Venosa, Sílvio de Salvo  
Direito Civil: parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. – 22. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.  
(Direito civil; 1)

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5977-235-3

1. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

22-75814

CDU: 347.12(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



# SUMÁRIO

## Parte I

### Introdução ao Direito Civil

<b>1</b>	<b>Introdução ao Direito Civil .....</b>	<b>3</b>
1.1	Tipicidade.....	5
<b>2</b>	<b>Fontes do Direito .....</b>	<b>7</b>
2.1	Lei.....	8
2.1.1	Classificação das leis.....	9
2.2	Costume.....	12
2.3	Doutrina .....	14
2.4	Jurisprudência.....	15
2.5	Analogia.....	18
2.6	Princípios gerais de direito.....	19
2.7	Equidade.....	20
<b>3</b>	<b>Direito Romano .....</b>	<b>23</b>
3.1	Direito romano – compreensão e importância .....	23
3.2	Fases do direito romano – sua divisão.....	25
3.2.1	Período Régio .....	25
3.2.2	Período da República .....	27
3.2.3	Período do Principado .....	34
3.2.4	Período da Monarquia Absoluta.....	35
3.3	Sistema do <i>ius civile</i> .....	36
3.4	Sistema do <i>ius gentium</i> .....	38
3.5	Codificação de Justiniano – outras codificações .....	39
3.5.1	Código.....	41
3.5.2	<i>Digesto</i> .....	41
3.5.3	<i>Institutas</i> .....	43
3.5.4	<i>Novelas</i> .....	44

3.5.5	Características e importância geral da compilação de Justiniano....	44
3.5.6	Destino da codificação de Justiniano .....	44
3.6	Direito romano e moderno direito civil brasileiro.....	45
<b>4</b>	<b>Direito Civil</b> .....	<b>47</b>
4.1	Direito privado em face do direito público.....	47
4.2	Direito civil como um ramo do direito privado.....	49
4.3	Importância do direito civil .....	51
4.4	Objeto do direito civil.....	52
4.5	Fontes do direito civil .....	53
<b>5</b>	<b>Sistemas Jurídicos</b> .....	<b>55</b>
5.1	O que se entende por sistema jurídico .....	55
5.2	Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos.....	56
5.3	Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo .....	57
5.3.1	Introdução ao sistema romano-germânico .....	58
5.3.2	<i>Common law</i> .....	58
5.3.3	Relações entre o sistema romano-germânico e o <i>common law</i> ...	62
5.3.4	Direitos socialistas .....	62
5.3.5	Sistemas filosóficos e religiosos – direito chinês e direito japonês.....	64
5.4	Sistema romano-germânico: características .....	65
5.4.1	Universidades .....	66
5.4.2	Dos costumes à codificação.....	68
5.4.3	Novas tendências .....	69
<b>6</b>	<b>Codificação</b> .....	<b>71</b>
6.1	Introdução.....	71
6.1.1	Efeitos positivos e negativos da codificação.....	72
6.1.2	Novos rumos da codificação .....	73
6.2	Código de Napoleão.....	74
6.3	Código alemão (BGB) .....	75
6.4	Outras codificações do século XX .....	77
6.5	Técnicas da codificação .....	77
<b>7</b>	<b>Direito Civil Brasileiro</b> .....	<b>79</b>
7.1	Direito civil antes do código .....	79
7.2	As várias tentativas de codificação.....	80
7.3	Código Civil brasileiro de 1916.....	81
7.4	Tentativas de reforma legislativa .....	82
<b>8</b>	<b>Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro</b> .....	<b>85</b>
8.1	A Lei de Introdução .....	85

8.2	A lei e sua obrigatoriedade.....	86
8.3	<i>Vacatio legis</i> . Vigência.....	87
8.4	Modificação ou revogação da lei.....	89
8.5	Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece (art. 3º da Lei de Introdução) .....	90
8.6	Aplicação da lei. Analogia, costumes, princípios gerais de direito.....	92
8.7	Os fins sociais da lei e as exigências do bem comum .....	93
8.8	Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada .....	96

## Parte II

### Teoria Geral do Direito Civil

9	Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano.....	103
9.1	Pessoa natural .....	103
9.2	Ser humano sujeito de direito – <i>status libertatis</i> .....	104
9.2.1	Escravidão.....	105
9.2.2	Condição de liberto – patronato.....	107
9.3	<i>Status civitatis</i> .....	108
9.4	<i>Status familiae</i> .....	108
10	Sujeitos de Direito (II).....	111
10.1	Pessoa natural .....	111
10.2	Começo da personalidade natural .....	113
10.2.1	Condição do nascituro .....	115
10.3	Incapacidades. Absoluta e relativa. Exclusão do ausente do rol de incapacidades .....	118
10.3.1	Menores de 16 anos .....	120
10.3.2	A deficiência mental. O Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	121
10.3.3	Incapacidade transitória.....	122
10.4	Incapacidade relativa. Maiores de 16 e menores de 18 anos .....	123
10.4.1	Pródigos .....	124
10.4.2	Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo .....	125
10.4.3	Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código.....	126
10.5	Proteção aos incapazes ( <i>leitura adicional</i> ) .....	126
10.6	Silvícolas ( <i>leitura adicional</i> ) .....	127
10.7	Emancipação.....	128
10.8	Ausência no atual Código .....	132
10.9	fim da personalidade natural. A morte presumida no Código Civil de 2002.....	133

10.9.1	Comoriência.....	138
10.9.2	Momento da morte.....	140
10.10	Estado das pessoas .....	141
10.11	Atos do registro civil.....	143
10.11.1	Nascimentos .....	145
10.11.2	Óbitos .....	146
10.11.3	Emancipação, interdição e ausência.....	147
10.11.4	Considerações finais.....	147
<b>11</b>	<b>Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais .....</b>	<b>149</b>
11.1	Direitos da personalidade. Noção e compreensão.....	149
11.1.1	Direitos da personalidade. Características. Enumeração .....	150
11.1.2	Tutela dos direitos da personalidade.....	152
11.1.3	Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade .....	153
11.1.4	Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins .....	155
11.1.5	Direito ao próprio corpo.....	160
11.1.6	Pessoa jurídica e direitos da personalidade.....	163
11.2	Nome civil das pessoas naturais .....	165
11.2.1	Origens históricas .....	165
11.2.2	Natureza jurídica.....	167
11.2.3	Elementos integrantes do nome.....	167
11.2.4	Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração .....	169
11.2.4.1	Alteração do nome da mulher e do marido.....	175
11.2.4.2	Apelido de família do padrasto ou da madrasta .....	178
11.2.4.3	Redesignação do estado sexual e mudança de prenome.....	178
11.2.5	Proteção do nome .....	180
<b>12</b>	<b>Domicílio .....</b>	<b>183</b>
12.1	Domicílio no direito romano.....	184
12.2	Domicílio, residência e moradia .....	184
12.3	Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio.....	187
12.4	Importância do domicílio .....	188
12.5	Espécies de domicílio.....	190
12.5.1	Domicílio de eleição (foro de eleição).....	193
12.6	Domicílio da pessoa jurídica .....	195
<b>13</b>	<b>Pessoas Jurídicas no Direito Romano .....</b>	<b>197</b>
13.1	Pessoa jurídica – introdução.....	197
13.2	Pessoa jurídica no direito romano .....	197
13.3	Principais pessoas jurídicas .....	198
13.4	Capacidade das pessoas jurídicas no direito romano.....	199

<b>14 Pessoas Jurídicas</b> .....	201
14.1 Introdução .....	201
14.2 Denominação .....	203
14.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica .....	203
14.4 Natureza da pessoa jurídica .....	204
14.4.1 Doutrinas da ficção .....	204
14.4.2 Doutrinas da realidade .....	206
14.4.3 Doutrinas negativistas .....	207
14.4.4 Doutrina da instituição .....	207
14.4.5 Conclusão .....	207
14.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica .....	209
14.6 Classificação das pessoas jurídicas .....	210
14.6.1 Pessoas jurídicas de direito privado .....	212
14.6.2 Grupos com personificação anômala .....	214
14.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica .....	217
14.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas .....	217
14.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração .....	221
14.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002 .....	223
14.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo .....	225
14.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais .....	227
14.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização .....	227
14.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas .....	228
14.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica .....	228
14.10.1 Registro da pessoa jurídica .....	230
14.11 Sociedades e associações .....	231
14.11.1 Associações .....	232
14.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos .....	241
14.12 Fundações .....	242
14.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica .....	248
14.14 Desconsideração da pessoa jurídica .....	251
<b>15 Bens em Direito Romano</b> .....	257
15.1 Introdução .....	257
15.2 As coisas <i>in patrimonio</i> .....	257
15.2.1 <i>Res mancipie e res nec mancipi</i> .....	257
15.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas .....	258
15.2.3 Móveis e Imóveis .....	259
15.3 Coisas <i>extra patrimonium</i> .....	259
15.3.1 <i>Res Humani Iuris</i> .....	259
15.3.2 <i>Res Divini Iuris</i> .....	259

15.4	Divisões modernas de bens.....	260
15.5	Patrimônio .....	261
<b>16</b>	<b>Os Bens e sua Classificação.....</b>	<b>263</b>
16.1	Bens e coisas: objeto do direito.....	263
16.2	Bens corpóreos e incorpóreos .....	264
16.3	Móveis e imóveis .....	265
16.3.1	Regime dos bens imóveis.....	265
16.3.2	Regime dos bens móveis .....	270
16.4	Bens fungíveis e infungíveis.....	272
16.5	Bens consumíveis e não consumíveis .....	274
16.6	Bens divisíveis e indivisíveis .....	276
16.7	Bens singulares e coletivos .....	277
16.8	Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertences.....	279
16.8.1	Frutos, produtos e rendimentos.....	282
16.8.2	Benfeitorias.....	283
16.9	Bens públicos e particulares.....	284
16.10	Bens que estão fora do comércio.....	286
<b>17</b>	<b>Fatos, Atos e Negócios Jurídicos .....</b>	<b>289</b>
17.1	Introdução: os fatos jurídicos .....	289
17.2	Negócio jurídico .....	292
17.2.1	Classificação dos negócios jurídicos .....	293
17.3	Atos jurídicos no direito romano .....	294
<b>18</b>	<b>Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos .....</b>	<b>297</b>
18.1	Aquisição dos direitos.....	297
18.1.1	Direitos atuais e direitos futuros.....	298
18.1.2	Direitos eventuais .....	299
18.1.3	Expectativas de direito .....	299
18.1.4	Direitos condicionais.....	300
18.1.5	Direitos potestativos.....	301
18.2	Modificação dos direitos .....	302
18.3	Defesa dos direitos .....	303
18.3.1	Legítimo interesse: condições da ação .....	305
18.4	Extinção dos direitos.....	307
<b>19</b>	<b>Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies.....</b>	<b>309</b>
19.1	Conceito .....	309
19.2	Evolução histórica da representação.....	310
19.3	Figura do nuncio .....	310
19.4	Representação legal e voluntária .....	311
19.5	Efeitos da representação .....	314



<b>20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade .....</b>	<b>317</b>
20.1 Elementos, pressupostos e requisitos.....	317
20.2 Vontade e sua declaração .....	318
20.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade .....	320
20.2.2 Silêncio como manifestação de vontade .....	321
20.3 Capacidade do agente.....	323
20.3.1 Legitimação .....	324
20.4 Forma.....	325
20.5 Objeto .....	326
20.6 Causa.....	328
<b>21 Interpretação dos Negócios Jurídicos .....</b>	<b>331</b>
21.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos .....	331
21.2 Interpretação no Código Civil. A boa-fé.....	332
<b>22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro .....</b>	<b>343</b>
22.1 Defeitos dos negócios jurídicos.....	343
22.2 Erro ou ignorância .....	345
22.3 Escusabilidade do erro.....	347
22.4 Erro substancial e erro acidental.....	348
22.5 Erro consistente numa falsa causa .....	350
22.6 Erro de fato e erro de direito.....	351
22.7 Art. 141 do Código Civil .....	352
22.8 Art. 142 do Código Civil .....	352
22.9 Erro de cálculo.....	353
22.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratário .....	354
22.11 Erro e vícios redibitórios.....	355
22.12 Erro sobre o valor.....	356
22.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo.....	356
<b>23 Dolo.....</b>	<b>359</b>
23.1 Conceito .....	359
23.2 Erro e dolo.....	361
23.3 Dolo e fraude .....	361
23.4 Requisitos do dolo.....	361
23.4.1 Dolo essencial e dolo acidental .....	362
23.4.2 <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	363
23.5 Dolo positivo e dolo negativo .....	365
23.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916.....	368
23.7 Dolo do representante .....	370
23.8 Dolo de ambas as partes.....	371

<b>24 Coação e Estado de Perigo</b> .....	373
24.1 Conceito .....	373
24.2 Requisitos da coação .....	375
24.2.1 Essencialidade da coação .....	376
24.2.2 Intenção de coagir .....	376
24.2.3 Gravidade do mal cominado .....	376
24.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação .....	377
24.2.5 Dano atual ou iminente .....	379
24.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código .....	379
24.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família .....	380
24.3 O temor reverencial .....	380
24.4 Coação por parte de terceiros .....	381
24.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins .....	382
<b>25 Lesão</b> .....	387
25.1 Introdução .....	387
25.2 Noção histórica .....	388
25.3 Conceito e requisitos .....	389
25.4 Lesão e lei de proteção à economia popular. Código de Defesa do Consumidor .....	394
25.5 Procedimento judicial .....	395
25.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão .....	395
25.7 Prazo prescricional .....	395
<b>26 Fraude contra Credores</b> .....	397
26.1 Introdução .....	397
26.2 Noção histórica .....	398
26.3 Fraude em geral .....	398
26.4 Fraude contra credores .....	399
26.4.1 Requisitos .....	401
26.4.2 Ação pauliana .....	406
26.5 Casos particulares estatuídos na lei .....	407
26.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores .....	411
26.6 Fraude de execução .....	412
26.7 Ação revocatória falencial .....	415
26.8 Conclusão .....	415
<b>27 Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo</b> .....	417
27.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico .....	417
27.2 Condição .....	418
27.2.1 Condições lícitas e ilícitas .....	420

27.2.2	Condição perplexa e potestativa.....	422
27.2.3	Condição impossível no Código de 1916.....	425
27.2.3.1	Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código.....	425
27.2.4	Condição resolutiva e condição suspensiva.....	426
27.2.5	Implemento ou não implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição.....	432
27.2.6	Retroatividade da condição.....	433
27.2.7	Condição e pressuposição.....	434
27.3	Termo.....	435
27.3.1	O prazo.....	437
27.4	Encargo.....	438
<b>28</b>	<b>Invalidade dos Negócios Jurídicos.....</b>	<b>443</b>
28.1	Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico.....	443
28.2	Nulidade.....	444
28.2.1	Conversão do negócio jurídico.....	451
28.3	Anulabilidade.....	453
28.3.1	Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis.....	456
28.4	Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis.....	458
28.5	Problemática da inexistência dos negócios jurídicos.....	458
<b>29</b>	<b>Simulação.....</b>	<b>461</b>
29.1	Conceito.....	461
29.2	Requisitos.....	463
29.3	Espécies de simulação.....	465
29.4	Simulação absoluta e simulação relativa.....	467
29.5	Simulação maliciosa e simulação inocente.....	469
29.6	Síntese da simulação no direito atual.....	471
29.7	Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no Código de 2002.....	472
29.7.1	Reserva mental.....	473
29.8	Ação de simulação.....	475
29.9	Prova da simulação.....	478
<b>30</b>	<b>Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito.....</b>	<b>481</b>
30.1	Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual.....	481
30.2	Elementos da responsabilidade extracontratual (extranegocial) ou aquiliana.....	484
30.3	Exclusão ou diminuição da responsabilidade.....	489
30.4	Abuso de direito.....	493
30.4.1	Conceito de abuso de direito.....	493
30.4.2	Alguns exemplos significativos de abuso de direito.....	494

30.4.3	Aplicação da teoria do abuso em nosso direito .....	496
30.4.4	Abuso de direito no atual Código Civil .....	497
<b>31</b>	<b>Prescrição e Decadência .....</b>	<b>499</b>
31.1	Influência do tempo nas relações jurídicas.....	499
31.2	Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva .....	500
31.3	Síntese histórica da prescrição.....	501
31.4	Conceito e requisitos da prescrição .....	502
31.4.1	Ações imprescritíveis.....	503
31.4.2	Prescrição e decadência .....	504
31.4.3	Disposições legais sobre a prescrição.....	509
31.4.4	Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição.....	513
31.5	Prescrição e decadência no Código Civil de 2002. A nova decadência .....	521
<b>32</b>	<b>Forma e Prova dos Negócios Jurídicos .....</b>	<b>527</b>
32.1	Conceito, valor e função da forma.....	527
32.1.1	Escritura pública e instrumento particular .....	531
32.2	Prova dos negócios jurídicos .....	532
32.2.1	Meios de prova .....	534
32.2.2	Confissão.....	534
32.2.3	Atos processados em juízo.....	536
32.2.4	Documentos públicos ou particulares .....	537
32.2.5	A prova testemunhal .....	538
32.2.6	Presunções e indícios .....	541
32.2.7	A perícia. A inspeção judicial.....	543
	<b>Bibliografia.....</b>	<b>547</b>
	<b>Índice Remissivo.....</b>	<b>553</b>

2

# DIREITO CIVIL

## Obrigações e Responsabilidade Civil

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

**22<sup>a</sup>**  
edição **revista e  
atualizada**

 **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.11.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

V575d

Venosa, Silvio de Salvo

Direito civil: obrigações e responsabilidade civil / Silvio de Salvo Venosa. – 22. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

(Direito civil; 2)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-597-7150-9

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Título. II. Série.

21-74353

CDU: 347(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>1 – Introdução ao Direito das Obrigações</b> .....	1
1.1 Posição da obrigação no campo jurídico .....	1
1.2 Definição.....	4
1.3 Distinção entre direitos reais e direitos pessoais.....	5
1.4 Importância do direito das obrigações .....	7
1.5 Evolução da teoria das obrigações.....	7
1.6 Posição do direito das obrigações no Código Civil e em seu estudo.....	9
<b>2 – Estrutura da Relação Obrigacional</b> .....	11
2.1 Introdução .....	11
2.2 Sujeitos da relação obrigacional .....	12
2.3 Objeto da relação obrigacional.....	13
2.3.1 Patrimonialidade da prestação .....	14
2.4 Vínculo jurídico da relação obrigacional .....	16
2.5 Causa nas obrigações .....	18
<b>3 – Obrigações Naturais</b> .....	20
3.1 Introdução .....	20
3.2 Direito romano .....	23
3.3 Obrigações naturais no direito brasileiro.....	23
3.4 Natureza jurídica das obrigações naturais .....	28
3.5 Efeitos da obrigação natural.....	29
<b>4 – Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>) e Figuras Afins</b> .....	31
4.1 Obrigações reais ( <i>propter rem</i> ) .....	31
4.2 Ônus reais.....	35
4.2.1 Ônus reais e obrigações reais .....	35
4.2.2 Conceito.....	36
4.3 Obrigações com eficácia real.....	36
<b>5 – Fontes das Obrigações</b> .....	39
5.1 Introdução .....	39

5.2	Fontes das obrigações no direito romano .....	39
5.3	Visão moderna das fontes das obrigações.....	40
5.4	Fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no atual Código.....	42
<b>6</b>	<b>– Classificação das Obrigações.....</b>	<b>43</b>
6.1	Espécies de obrigações.....	43
6.1.1	Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	45
6.1.2	Obrigações de garantia .....	49
6.2	Obrigações de dar: coisa certa e coisa incerta .....	49
6.2.1	Obrigações de dar.....	49
6.2.2	Obrigações de dar coisa certa .....	50
6.2.2.1	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa.....	52
6.2.2.2	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa.....	55
6.2.2.3	Obrigações de restituir.....	56
6.2.2.4	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de restituir .....	56
6.2.2.5	Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir .....	56
6.2.2.6	Execução da obrigação de dar coisa certa.....	58
6.2.3	Obrigações pecuniárias .....	59
6.2.4	Obrigações de dar coisa incerta.....	62
6.3	Obrigações de fazer e de não fazer.....	66
6.3.1	Obrigações de fazer.....	66
6.3.2	Obrigações de dar e de fazer.....	68
6.3.3	Obrigações de fazer fungíveis e não fungíveis.....	69
6.3.4	Descumprimento das obrigações de fazer .....	70
6.3.5	Obrigações de não fazer .....	75
6.3.6	Modo de cumprir e execução forçada da obrigação de não fazer .....	75
6.4	Obrigações alternativas e facultativas .....	77
6.4.1	Obrigações cumulativas e alternativas.....	77
6.4.2	Obrigações alternativas.....	77
6.4.3	Concentração e cumprimento da obrigação alternativa .....	79
6.4.3.1	Retratibilidade da concentração .....	83
6.4.4	Acréscimos sofridos pelas coisas na obrigação alternativa .....	83
6.4.5	Obrigações facultativas .....	83
6.4.5.1	Efeitos da obrigação facultativa .....	85
6.5	Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	85
6.5.1	Conceito.....	85
6.5.2	Pluralidade de credores e de devedores.....	88
6.5.3	Indivisibilidade e solidariedade.....	91



6.6	Obrigações solidárias .....	92
6.6.1	Conceito.....	92
6.6.2	Antecedentes históricos .....	93
6.6.3	Obrigações <i>in solidum</i> .....	94
6.6.4	Características e fundamento da solidariedade.....	95
6.6.5	Fontes da solidariedade .....	97
6.6.6	Solidariedade ativa .....	100
6.6.6.1	Efeitos da solidariedade ativa.....	101
6.6.6.2	Extinção da solidariedade ativa.....	103
6.6.7	Solidariedade passiva .....	103
6.6.7.1	Principais efeitos da obrigação solidária .....	103
6.6.7.2	Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada.....	106
6.6.7.3	Pagamento parcial.....	107
6.6.8	Extinção da solidariedade .....	108
6.7	Outras modalidades de obrigações .....	109
6.7.1	Obrigações principais e acessórias .....	109
6.7.2	Obrigações líquidas e ilíquidas .....	111
6.7.3	Obrigações condicionais.....	112
6.7.4	Obrigações modais.....	114
6.7.5	Obrigações a termo .....	115
6.8	Obrigações de juros. Obrigações pecuniárias.....	117
6.8.1	Obrigações de juros.....	117
6.8.1.1	Espécies de juros.....	118
6.8.1.2	Anatocismo .....	121
6.8.2	Obrigações pecuniárias .....	122
<b>7</b>	<b>Transmissão das Obrigações .....</b>	<b>126</b>
7.1	Cessão de crédito .....	126
7.1.1	Introdução. A transmissibilidade das obrigações .....	126
7.1.2	Conceito de cessão de crédito. Afinidades .....	127
7.1.3	Posição do devedor .....	130
7.1.4	Natureza jurídica .....	133
7.1.5	Requisitos. Objeto. Capacidade e legitimação .....	133
7.1.6	Responsabilidade.....	133
7.1.7	Espécies.....	134
7.1.8	Efeitos.....	135
7.2	Assunção de dívida.....	136
7.2.1	Conceito.....	136
7.2.2	Características.....	141
7.2.3	Espécies.....	142
7.2.4	Efeitos.....	144

7.3	Cessão de posição contratual (cessão de contrato).....	145
7.3.1	Introdução.....	145
7.3.2	Transmissão das obrigações em geral.....	147
7.3.3	Cessão de posição contratual. Conceito.....	147
7.3.4	Natureza jurídica.....	149
7.3.5	Figuras afins.....	150
7.3.6	Campo de atuação do instituto.....	152
7.3.7	Modos de formação.....	153
7.3.8	Efeitos.....	153
7.3.8.1	Efeitos entre cedente e cessionário.....	153
7.3.8.2	Efeitos entre cedente e cedido.....	155
7.3.8.3	Efeitos entre cessionário e cedido.....	155
7.3.9	Cessão de posição contratual no direito brasileiro.....	156
<b>8</b>	<b>– Pagamento.....</b>	<b>158</b>
8.1	Extinção normal das obrigações.....	158
8.2	Natureza jurídica do pagamento.....	159
8.3	De quem deve pagar. O <i>solvens</i> .....	160
8.4	A quem se deve pagar. O <i>accipiens</i> .....	164
8.4.1	Credor putativo.....	166
8.4.2	Quando o pagamento feito a terceiro desqualificado será válido.....	167
8.4.3	Pagamento feito ao inibido de receber.....	168
8.5	Objeto do pagamento e sua prova.....	169
8.5.1	Prova do pagamento.....	175
8.6	Lugar do pagamento. Dívidas <i>quérables e portables</i> .....	179
8.7	Tempo do pagamento.....	182
<b>9</b>	<b>– Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido.....</b>	<b>186</b>
9.1	Introdução.....	186
9.2	Enriquecimento sem causa. Conteúdo.....	187
9.3	Enriquecimento sem causa e pagamento indevido como fonte de obrigações.....	188
9.4	Tratamento da matéria no direito romano.....	189
9.4.1	A <i>condictio indebiti</i> .....	190
9.4.2	Outras <i>condictiones</i> .....	191
9.4.3	Síntese do pensamento romano.....	191
9.5	Direito moderno, sistema alemão e sistema francês.....	192
9.6	Aplicação da teoria do enriquecimento sem causa no direito brasileiro.....	195
9.6.1	Requisitos do enriquecimento sem causa.....	196
9.6.2	Aplicação do instituto. A jurisprudência brasileira.....	198
9.6.3	Objeto da restituição.....	200

9.7	Ação de <i>in rem verso</i> .....	201
9.7.1	A subsidiariedade da ação.....	204
9.8	Síntese conclusiva do enriquecimento sem causa. Prescrição.....	205
9.9	Pagamento indevido.....	206
9.9.1	Pagamento em geral. Conteúdo.....	206
9.9.2	Posição da matéria na lei. Fonte autônoma de obrigações.....	207
9.9.3	Pressupostos do pagamento indevido .....	207
9.9.4	Erro do <i>solvens</i> .....	208
9.9.5	Pagamento de dívida condicional .....	211
9.10	Casos em que aquele que recebeu não é obrigado a restituir .....	211
9.10.1	Dívida prescrita e obrigação natural.....	212
9.10.2	Pagamento para fim ilícito, imoral ou proibido por lei.....	212
9.10.3	Outra hipótese de não repetição. O art. 880 .....	213
9.11	Pagamento indevido que teve por objeto um imóvel .....	214
9.11.1	<i>Accipiens aliena</i> de boa-fé por título oneroso .....	214
9.11.2	<i>Accipiens aliena</i> de boa-fé por título gratuito .....	214
9.11.3	<i>Accipiens aliena</i> a terceiro de má-fé .....	214
9.11.4	Má-fé dos <i>accipiens</i> .....	215
9.11.5	Síntese .....	215
9.12	Conclusão.....	215
<b>10</b>	<b>Formas Especiais de Pagamento e Extinção de Obrigações.....</b>	<b>217</b>
10.1	Pagamento por consignação .....	217
10.1.1	Interesse do devedor em extinguir a obrigação.....	217
10.1.2	Objeto da consignação.....	218
10.1.3	Hipóteses de consignação.....	219
10.1.4	Procedimento da consignação .....	226
10.2	Pagamento com sub-rogação .....	231
10.2.1	Conceito.....	231
10.2.2	Origem histórica.....	232
10.2.3	Natureza jurídica e institutos afins.....	233
10.2.4	Sub-rogação legal.....	234
10.2.5	Sub-rogação convencional .....	236
10.2.6	Efeitos da sub-rogação .....	237
10.3	Imputação de pagamento .....	239
10.3.1	Conceito.....	239
10.3.2	Requisitos .....	241
10.3.3	Imputação de pagamento feita pelo devedor.....	242
10.3.4	Imputação de pagamento feita pelo credor.....	243
10.3.5	Imputação de pagamento feita pela lei .....	244
10.4	Dação em pagamento .....	245
10.4.1	Conceito.....	245

10.4.2	Requisitos e natureza jurídica .....	247
10.4.3	Equiparação da <i>datio in solutum</i> à compra e venda.....	248
10.5	Novação .....	250
10.5.1	Conceito e espécies.....	250
10.5.2	Requisitos .....	255
10.5.3	Efeitos.....	257
10.6	Compensação.....	259
10.6.1	Conceito.....	259
10.6.2	Compensação em sua origem romana .....	259
10.6.3	Natureza jurídica .....	260
10.6.4	Modalidades.....	261
10.6.5	Compensação legal. Requisitos.....	261
10.6.5.1	Reciprocidade de créditos .....	261
10.6.5.2	Liquidez, certeza e exigibilidade.....	263
10.6.5.3	Homogeneidade das prestações.....	264
10.6.5.4	Existência e validade do crédito compensante .....	265
10.6.6	Obrigações não compensáveis .....	265
10.6.7	Efeitos.....	267
10.7	Transação.....	267
10.7.1	Conceito. Peculiaridades .....	267
10.7.2	Natureza contratual da transação. Características .....	268
10.7.3	Modalidades. Forma .....	270
10.7.4	Objeto.....	271
10.7.5	Capacidade para transigir. Poder de transigir .....	272
10.7.6	Efeitos da transação.....	272
10.7.7	Nulidades da transação.....	274
10.7.8	Anulabilidades da transação .....	274
10.7.9	Interpretação restritiva da transação .....	274
10.8	Compromisso arbitral.....	275
10.8.1	Conceito e utilidade .....	275
10.8.2	Natureza jurídica .....	276
10.8.3	Mediação .....	277
10.9	Confusão.....	277
10.9.1	Conceito e natureza jurídica .....	277
10.9.2	Fontes da confusão .....	278
10.9.3	Espécies.....	279
10.9.4	Efeitos.....	279
10.9.5	Requisitos .....	280
10.10	Remissão.....	280
10.10.1	Conceito. Natureza jurídica. Afinidades .....	280
10.10.2	Origem histórica.....	281

10.10.3	Espécies.....	281
10.10.4	Efeitos.....	282
10.10.5	Remissão no Código Civil de 2002 .....	283
<b>11</b>	<b>– Crise no Cumprimento da Obrigação. Inadimplemento. Mora .....</b>	<b>284</b>
11.1	Cumprimento da obrigação em crise .....	284
11.2	Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo .....	287
11.3	Inadimplemento relativo. A mora .....	289
11.3.1	Mora do devedor .....	290
11.3.2	Efeitos da constituição em mora do devedor.....	292
11.4	Mora do credor .....	293
11.4.1	Efeitos da mora do credor .....	295
11.5	Purgação da mora.....	296
<b>12</b>	<b>– Frustração no Cumprimento da Obrigação. Inexecução. Perdas e Danos ....</b>	<b>299</b>
12.1	Descumprimento da obrigação .....	299
12.2	Culpa do devedor .....	300
12.2.1	Prova da culpa.....	303
12.3	Inexecução das obrigações sem indenização. Caso fortuito e força maior .....	303
12.3.1	Exoneração da excludente. A cláusula de não indenizar.....	304
12.4	Indenização. Perdas e danos .....	307
12.4.1	Dano moral ou dano não patrimonial.....	313
<b>13</b>	<b>– Cláusula Penal.....</b>	<b>316</b>
13.1	Conceito. Natureza jurídica .....	316
13.2	Cláusula penal compensatória. Cláusula penal moratória.....	318
13.3	Funções da cláusula penal.....	322
13.4	Exigibilidade da cláusula penal.....	323
13.5	Imutabilidade, alteração e limite da cláusula penal .....	324
13.6	Cláusula penal e institutos afins .....	326
13.7	Cláusula penal e obrigações indivisíveis .....	327
13.8	Cláusula penal em favor de terceiro e assumida por terceiro.....	328
<b>14</b>	<b>– Sinal ou Arras.....</b>	<b>329</b>
14.1	Conceito.....	329
14.2	Noção histórica.....	331
14.3	Arras no Código Civil de 1916. Importante notícia histórica. Arras confirmatórias.....	331
14.4	Arras penitenciais. Função secundária.....	335
14.5	Arras e obrigação alternativa .....	336
14.6	Arras e cláusula penal .....	336
14.7	Arras no Código de 2002.....	336

<b>15 – Responsabilidade Civil. Reapresentação do Tema. Princípios Gerais.....</b>	<b>340</b>
15.1 Introdução. Responsabilidade civil: princípios orientadores. Responsabilidades subjetiva e objetiva .....	340
15.2 Responsabilidade objetiva. Risco .....	349
15.3 Lineamentos históricos.....	356
15.4 Responsabilidade civil e penal .....	357
15.5 Responsabilidade contratual e extracontratual. (Responsabilidade negocial e extranegocial) .....	360
15.6 Ato ilícito .....	362
15.7 Culpa .....	363
15.7.1 Culpa concorrente.....	371
15.8 Dano e indenização. Perda de uma chance.....	372
15.8.1 Dano moral ou extrapatrimonial .....	379
15.9 Nexo causal.....	385
15.10 Excludentes da responsabilidade. Rompimento do nexo causal. Culpa da vítima .....	387
15.11 Caso fortuito e força maior .....	388
15.11.1 Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício regular de direito .....	392
15.12 Fato de terceiro .....	395
15.13 Cláusula de não indenizar. Cláusula limitativa de responsabilidade.....	398
15.14 Imputabilidade.....	402
15.15 Direito e responsabilidade do sucessor hereditário .....	404
<b>16 – Responsabilidade por Fato de Outrem .....</b>	<b>405</b>
16.1 Responsabilidade direta e indireta .....	405
16.2 Responsabilidade dos pais pelos filhos menores.....	414
16.3 Responsabilidade de tutores e curadores .....	418
16.4 Responsabilidade do empregador e assemelhado .....	419
16.5 Responsabilidade dos donos de hotéis e similares.....	423
16.6 Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino .....	425
16.7 Responsabilidade pelo proveito do crime .....	428
16.8 Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Responsabilidade do estado e do magistrado. Responsabilidade pela deficiente. Prestação jurisdicional. Responsabilidade por atos legislativos.....	428
16.9 Ação regressiva .....	434
<b>17 – Responsabilidade pelo Fato das Coisas e pela Guarda ou Fato de Animais.....</b>	<b>436</b>
17.1 Introdução e compreensão. O fato da coisa .....	436
17.2 Responsabilidade pela ruína de edifício.....	441
17.3 Responsabilidade por coisas caídas de edifícios.....	443
17.4 Responsabilidade por fato ou guarda de animais.....	445

<b>18 – Responsabilidade Profissional: Responsabilidade Médica e Odontológica .....</b>	<b>452</b>
18.1 O médico e as relações de consumo.....	452
18.2 Natureza da responsabilidade médica .....	459
18.3 Relação médico-paciente.....	464
18.4 Ética médica e responsabilidade. Sigilo profissional.....	465
18.5 Cirurgia plástica como obrigação de resultado.....	467
18.6 Responsabilidade pela anestesia.....	470
18.7 Complexidade da prova da culpa. A responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor.....	472
18.8 Responsabilidade do odontólogo .....	476
<b>19 – Responsabilidade Civil nos Transportes .....</b>	<b>478</b>
19.1 Introdução .....	478
19.2 Responsabilidade das estradas de ferro. Extensão de aplicação dessa lei. Código de Defesa do Consumidor nos transportes.....	482
19.3 Transporte gratuito.....	491
19.4 Transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor .....	495
<b>20 – Sentença Criminal e Responsabilidade Civil.....</b>	<b>506</b>
20.1 Introdução .....	506
20.2 Execução da sentença penal condenatória.....	509
20.3 Sentença penal absolutória.....	516
<b>21 – Responsabilidade por Dano Ambiental.....</b>	<b>520</b>
21.1 Introdução .....	520
21.2 Dano ambiental .....	522
21.3 Reparação do dano ambiental. Responsabilidade objetiva.....	526
21.4 Responsabilidade por atividades nucleares.....	532
<b>22 – Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor .....</b>	<b>534</b>
22.1 Introdução. O atual direito.....	534
22.2 Relação de consumo e responsabilidade civil.....	542
22.3 Reparação de danos.....	552
<b>23 – Outras Modalidades de Responsabilidade .....</b>	<b>561</b>
23.1 Responsabilidade civil dos advogados.....	561
23.2 Responsabilidade civil dos bancos e demais instituições financeiras.....	567
23.3 Responsabilidade dos notários .....	572
23.4 Responsabilidade por furto de veículos em estabelecimentos comerciais e assemelhados.....	575
23.5 Responsabilidade de empreiteiros e construtores .....	578
23.6 Dano informático .....	579
23.7 Responsabilidade por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga .....	582
23.8 Responsabilidade no âmbito da família.....	585

<b>24 – Dano e Reparação</b> .....	588
24.1 Dano emergente e lucro cessante. Perda da chance.....	588
24.2 Danos materiais e danos imateriais. Danos morais. Dano extrapatrimonial ou moral à pessoa jurídica. Avaliação dos danos morais.....	595
24.3 Liquidação do dano. Pensão periódica e pagamento integral único .....	605
24.4 Indenização em caso de homicídio.....	606
24.5 Indenização na lesão corporal .....	609
24.6 Legítima defesa do causador do dano.....	611
24.7 Indenização por injúria, difamação e calúnia. Indenização por ofensa à liberdade pessoal.....	611
24.8 Responsabilidade por usurpação e esbulho .....	614
<b>Bibliografia</b> .....	617
<b>Índice Remissivo</b> .....	627



3

**DIREITO CIVIL**  
**Contratos**  
SÍLVIO DE SALVO VENOSA

**22<sup>a</sup>**  
edição **revista e  
atualizada**



**atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo, 1945-

Direito civil: contratos / Sílvio de Salvo Venosa. 22. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

(Direito civil; 3)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-237-7

1. Direito civil – Brasil. 2. Contratos – Brasil. I. Título. II. Série

22-75917

CDU: 347.44(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária GRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Universo das Relações Contratuais .....</b>	<b>1</b>
1.1	Negócio Jurídico e Contrato .....	1
1.1.1	Contrato no Código Francês.....	1
1.1.2	Contrato no Código Civil Alemão e a Assimilação de seu Conceito.....	2
1.2	Antecedentes Históricos .....	3
1.3	Historicidade do Conceito de Contrato. Sua Evolução. A Chamada Crise do Contrato .....	4
1.4	Contrato no Código de Defesa do Consumidor .....	7
1.5	Relação Negocial Alcançada pelo Código de Defesa do Consumidor .....	9
<b>2</b>	<b>Princípios Gerais do Direito Contratual. Contrato de Adesão. Novas Manifestações Contratuais .....</b>	<b>13</b>
2.1	Autonomia da Vontade.....	13
2.2	Força Obrigatória dos Contratos.....	15
2.3	Princípio da Relatividade dos Contratos.....	16
2.4	Princípio da Boa-fé nos Contratos. Desdobramentos. Proibição de Comportamento Contraditório ( <i>Venire Contra Factum Proprium</i> ) .....	16
2.4.1	A Boa-fé Contratual no Vigente Código. A Boa-fé Objetiva.....	17
2.4.2	Função Social do Contrato.....	20
2.4.3	Proibição de Comportamento Contraditório: <i>Venire Contra Factum Proprium</i> .....	20
2.5	Novas Manifestações Contratuais. Contratos com Cláusulas Predispostas.....	23
2.5.1	Despersonalização do Contratante .....	23
2.5.2	Contrato de Adesão.....	24
2.5.3	Contrato-tipo .....	28
2.5.4	Contrato Coletivo.....	28
2.5.5	Contrato Coativo.....	29
2.5.6	Contrato Dirigido ou Regulamentado.....	30
2.6	Relações Não Contratuais. Acordo de Cavalheiros.....	31

<b>3</b>	<b>Classificação dos Contratos (I)</b> .....	33
3.1	Necessidade do Estudo da Classificação dos Contratos.....	33
3.2	Classificação no Direito Romano .....	34
3.3	Contratos Unilaterais e Bilaterais – Classificação quanto à Carga de Obrigações das Partes .....	35
3.3.1	Relevância dessa Classificação. Exceção de Contrato Não Cumprido nos Contratos Bilaterais. Cláusula Resolutória nesses Contratos .....	37
3.3.2	Possibilidade de Renúncia à Exceção de Contrato Não Cumprido: Cláusula <i>Solve et Repete</i> .....	42
3.4	Contrato Plurilateral .....	44
<b>4</b>	<b>Classificação dos Contratos (II)</b> .....	47
4.1	Contratos Gratuitos e Onerosos .....	47
4.2	Contratos Comutativos e Aleatórios.....	49
4.2.1	Contratos Aleatórios no Código Civil.....	50
4.3	Contratos Típicos e Atípicos – Nominados e Inominados .....	53
4.3.1	Contratos Nominados e Inominados no Direito Romano .....	55
4.3.2	Compreensão e Interpretação Contemporânea dos Contratos Típicos e Atípicos .....	56
<b>5</b>	<b>Classificação dos Contratos (III)</b> .....	59
5.1	Contratos Consensuais e Reais.....	59
5.2	Contratos Solenes e Não Solenes – Formais e Não Formais.....	60
5.3	Contratos Principais e Acessórios.....	61
5.4	Contratos Instantâneos e de Duração.....	61
5.5	Contratos por Prazo Determinado e por Prazo Indeterminado.....	62
5.6	Contratos Pessoais e Impessoais.....	64
5.7	Contratos Civis e Mercantis Empresariais .....	65
5.8	Contrato Preliminar .....	65
5.9	Contratos Derivados – Subcontratos.....	68
5.10	Autocontrato – Contrato Consigo Mesmo .....	70
<b>6</b>	<b>Elementos do Contrato</b> .....	75
6.1	Teoria dos Negócios Jurídicos Aplicada aos Contratos.....	75
6.2	Vontade no Plano Contratual. Consentimento. A Parte nos Contratos .....	76
6.2.1	Conceito de Parte e sua Sucessão nos Contratos.....	77
6.2.2	Formas de Manifestação da Vontade Contratual. O Silêncio como Manifestação .....	78
6.3	Capacidade dos Contratantes .....	79

6.4	Objeto dos Contratos .....	80
6.4.1	Causa e Objeto dos Contratos .....	82
6.4.2	Apreciação Pecuniária dos Contratos.....	82
6.5	Forma e Prova dos Contratos .....	83
6.6	Vícios da Vontade Contratual. Lesão. Práticas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor .....	85
<b>7</b>	<b>Interpretação dos Contratos.....</b>	<b>89</b>
7.1	Sentido da Interpretação .....	89
7.2	Linhas de Interpretação.....	91
7.3	Interpretação em Nossa Lei.....	92
7.4	Particularidades da Interpretação dos Contratos.....	96
7.5	Destinatários das Normas de Interpretação.....	97
7.6	Aspectos e Regras de Interpretação .....	97
7.7	Interpretação Integrativa e Integração dos Contratos .....	100
<b>8</b>	<b>Teoria da Imprevisão. Revisão dos Contratos.....</b>	<b>103</b>
8.1	Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de Revisão.....	103
8.2	Fundamentos da Possibilidade de Revisão Judicial dos Contratos.....	104
8.3	Justificativa para a Aplicação Judicial da Teoria da Imprevisão .....	105
8.4	Origens Históricas. A Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> .....	107
8.5	Requisitos para a Aplicação da Cláusula .....	107
8.6	Como se Opera a Revisão. Efeitos.....	109
8.6.1	Soluções Legais. Direito Comparado .....	110
8.7	Cláusula de Exclusão da Revisão Judicial.....	115
<b>9</b>	<b>Responsabilidade Contratual, Pré-contratual e Pós-contratual.....</b>	<b>117</b>
9.1	Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	117
9.2	Requisitos da Responsabilidade Civil.....	119
9.2.1	Consequências da Responsabilidade Civil.....	120
9.2.2	Requisitos da Responsabilidade Contratual em Particular.....	120
9.3	Responsabilidade Pré-contratual.....	121
9.3.1	Recusa de Contratar .....	121
9.3.2	Rompimento de Negociações Preliminares .....	123
9.4	Responsabilidade Pós-contratual .....	125
<b>10</b>	<b>Relatividade dos Contratos. Efeitos com Relação a Terceiros.....</b>	<b>127</b>
10.1	Terceiros e o Contrato.....	127
10.2	Verdadeiros Terceiros na Relação Contratual.....	128

10.3	Contratos em Favor de Terceiros.....	129
10.3.1	Natureza Jurídica .....	132
10.3.2	Posição do Terceiro com Relação ao Contrato .....	132
10.4	Contrato para Pessoa a Declarar .....	133
10.5	Promessa de Fato de Terceiro .....	135
<b>11</b>	<b>Desfazimento da Relação Contratual. Extinção dos Contratos .....</b>	<b>137</b>
11.1	Transitoriedade e Desfazimento dos Contratos. Extinção.....	137
11.2	Resilição dos Contratos .....	138
11.2.1	Distrato e Forma.....	140
11.2.2	Quitação, Recibo.....	141
11.2.3	Iniciativa de um dos Contratantes. Resilição Unilateral, Revo- gação .....	141
11.3	Resolução. Cláusulas Resolutivas Expressa e Tácita .....	142
11.4	Resolução por Inexecução Involuntária .....	146
11.5	Resolução por Inadimplemento Antecipado .....	146
<b>12</b>	<b>Formação e Conclusão dos Contratos .....</b>	<b>151</b>
12.1	Consentimento. Vontade Contratual.....	151
12.1.1	Silêncio na Formação dos Contratos .....	153
12.2	Período Pré-contratual. Formação da Vontade Contratual.....	155
12.2.1	Contratos Preliminares. A Opção .....	156
12.3	Oferta ou Proposta .....	156
12.4	Força Vinculante da Oferta .....	159
12.4.1	Manutenção da Proposta pelos Sucessores do Ofertante.....	160
12.4.2	Proposta Não Obrigatória .....	161
12.4.3	Aceitação.....	161
12.4.4	Duração e Eficácia da Proposta e da Aceitação. Retratação. Contratos por Correspondência: Teorias .....	162
12.4.5	Vinculação da Oferta no Código de Defesa do Consumidor..	165
12.5	Formação dos Contratos por meio de Informática.....	167
12.6	Lugar em que se Reputa Celebrado o Contrato.....	170
12.7	Contratos que Dependem de Instrumento Público.....	170
12.8	Contratos sobre Herança de Pessoa Viva .....	170
12.9	Impossibilidade da Prestação e Validade dos Contratos.....	172
<b>13</b>	<b>Vícios Redibitórios.....</b>	<b>173</b>
13.1	Obrigações de Garantia na Entrega da Coisa .....	173
13.2	Vícios Redibitórios. Conceito .....	174
13.3	Noção Histórica.....	176

13.4	Requisitos .....	177
13.5	Efeitos.....	180
13.6	Exclusão da Garantia em Vendas sob Hasta Pública.....	182
13.7	Modificações da Garantia.....	182
13.8	Prazos Decadenciais. Direito Anterior. Nova Perspectiva .....	183
13.8.1	Prazos Decadenciais Atuais.....	184
13.9	Vícios Ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor .....	186
13.9.1	Decadência e Prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios Aparentes e Ocultos.....	189
<b>14</b>	<b>Evicção.....</b>	<b>193</b>
14.1	Conceito.....	193
14.2	Noção Histórica .....	195
14.3	Requisitos .....	196
14.3.1	Requisito da Existência de Sentença Judicial.....	196
14.4	Intervenção do Alienante no Processo em que o Adquirente é Demandado.....	197
14.5	Exclusão da Responsabilidade por Evicção. Reforço da Garantia .....	200
14.6	Montante do Direito do Evicto.....	200
14.7	Evicção Parcial .....	203
14.8	Evicção nas Aquisições Judiciais .....	204
<b>15</b>	<b>Vontade Privada e Contratos Administrativos .....</b>	<b>205</b>
15.1	Direito Privado em Face do Direito Público.....	205
15.2	Contratos da Administração e Contratos Administrativos .....	206
15.3	Espécies de Contratos Administrativos.....	207
15.4	Características dos Contratos Administrativos.....	208
<b>16</b>	<b>Arbitragem .....</b>	<b>211</b>
16.1	Conceito e Utilidade .....	211
16.2	Natureza Jurídica .....	213
16.2.1	Mediação, Negociação e Conciliação.....	214
16.3	Origem Histórica .....	215
16.4	Cláusula Compromissória. Novos Rumos Impostos pela Lei. Execução Específica: Ação para Instituição da Arbitragem .....	215
16.4.1	Aspectos da Cláusula Compromissória.....	218
16.4.2	Procedimentos para Execução Específica da Cláusula Compromissória.....	220
16.5	Modalidades.....	222
16.6	Requisitos do Compromisso. Autorização para Decidir por Equidade..	223

16.7	Dos Árbitros.....	224
16.8	Do Procedimento Arbitral .....	226
16.9	Da Sentença Arbitral.....	228
16.9.1	Nulidade da Sentença Arbitral.....	230
16.10	Sentenças Arbitrais Estrangeiras .....	232
16.11	Extinção do Compromisso.....	234
<b>17</b>	<b>Introdução ao Direito Especial dos Contratos.....</b>	<b>235</b>
17.1	Direito Especial dos Contratos ou Contratos em Espécie .....	235
17.2	Evolução da Técnica Contratual .....	236
<b>18</b>	<b>Compra e Venda .....</b>	<b>239</b>
18.1	Conceito. Efeitos Obrigacionais do Contrato de Compra e Venda .....	239
18.2	Classificação .....	244
18.3	Elementos Constitutivos. Coisa, Preço e Consentimento. Forma .....	246
18.3.1	Falta de Legitimação do Contratante na Compra e Venda .....	251
18.3.1.1	Venda a Descendente (Art. 1.132 do Código de 1916 e Art. 496 do Código de 2002) .....	251
18.3.1.2	Negócios Jurídicos Assemelhados à Compra e Venda. Incidência ou Não da Anulabilidade .....	253
18.3.1.3	Natureza Jurídica da Nulidade Conforme o Código de 1916. Prescrição. Leitura Complementar .....	255
18.3.1.4	A Hipótese de Venda de Ascendente a Descendente no Código de 2002.....	255
18.3.1.5	Consentimento dos Descendentes. O Consentimento do Cônjuge no Código de 2002.....	256
18.3.1.6	Venda a Descendente por Interposta Pessoa .....	257
18.3.1.7	Ação de Nulidade do Art. 1.132. A Anulação no Código de 2002.....	259
18.3.2	Ausência de Legitimidade para Sujeitos com Ingerência sobre Bens do Vendedor .....	260
18.3.3	Falta de Legitimação Decorrente do Casamento .....	262
18.3.4	Falta de Legitimação do Condômino para Vender a Estranho a Coisa Indivisa (Art. 504). Direito de Preferência .....	263
18.4	Efeitos Complementares da Compra e Venda.....	264
18.4.1	Riscos da Coisa Vendida.....	264
18.4.2	Garantia para Tradição da Coisa. Insolvência do Comprador .....	266
18.4.3	Despesas de Escritura e Tradição. Exigência Fiscal .....	267
18.4.4	Defeito Oculto na Venda de Coisas Conjuntas .....	268
18.4.5	Garantia contra Vícios Redibitórios e Eviscção .....	269
18.5	Venda por Amostra.....	269



18.6	Venda <i>Ad Corpus e Ad Mensuram</i> .....	272
18.7	Proteção do Consumidor-Comprador. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Compra e Venda. Cláusulas Abusivas. Perda das Quantias Pagas na Venda a Prazo .....	278
18.8	Compra e Venda Internacional. Convenção de Viena de 1980 (CISG).....	280
18.8.1	Incoterms.....	283
<b>19</b>	<b>Cláusulas Especiais da Compra e Venda</b> .....	<b>287</b>
19.1	Retrovenda .....	287
19.2	Venda a Contento. Venda Sujeita a Prova .....	292
19.3	Preempção ou Preferência.....	295
19.3.1	Preferência do Inquilino.....	299
19.4	Pacto de Melhor Comprador .....	302
19.5	Pacto Comissório .....	304
19.6	Venda com Reserva de Domínio.....	307
19.7	Venda sobre Documentos .....	309
19.8	Venda Mediante Poupança.....	310
19.9	Alienação Fiduciária .....	310
<b>20</b>	<b>Troca ou Permuta</b> .....	<b>317</b>
20.1	Conceito.....	317
20.2	Natureza.....	318
20.3	Efeitos.....	319
<b>21</b>	<b>Contrato Estimatório ou de Consignação</b> .....	<b>323</b>
21.1	Conceito. Conteúdo. Características.....	323
21.2	Natureza Jurídica .....	325
21.3	Alcance.....	326
21.4	Direitos e Obrigações do Consignante.....	326
21.5	Direitos e Deveres do Consignatário .....	327
21.6	Estimação do Preço.....	327
<b>22</b>	<b>Doação</b> .....	<b>331</b>
22.1	Conceito. Natureza Contratual. Conteúdo. Origens. Características.....	331
22.1.1	<i>Animus Donandi</i> .....	334
22.2	Aceitação. Capacidade e Legitimação.....	337
22.3	Objeto. Doação Universal. Doações Inoficiosas.....	339
22.3.1	Doações em Prejuízo dos Credores do Doador .....	343
22.3.2	Cláusulas Restritivas de Incomunicabilidade, Inalienabilidade e Impenhorabilidade nas Doações.....	344

22.4	Forma.....	345
22.5	Efeitos. Obrigações das Partes .....	345
22.6	Modalidades.....	346
22.6.1	Doações entre Cônjuges .....	350
22.6.2	Doação entre Companheiros e Concubinos.....	351
22.7	Reversão por Premoriência do Donatário .....	352
22.8	Resolução. Revogação das Doações .....	353
22.8.1	Prazo Decadencial da Ação Revogatória.....	357
22.8.2	Consequências da Sentença que Decreta a Revogação .....	358
22.8.3	Legitimidade para a Ação Revogatória.....	358
22.9	Promessa de Doação .....	359
<b>23</b>	<b>Locação de Coisas. Lei do Inquilinato .....</b>	<b>361</b>
23.1	Espécies. Conceitos. Natureza .....	361
23.1.1	Capacidade. Objeto. Aluguel .....	364
23.2	Obrigações do Locador e do Locatário na Locação em Geral.....	364
23.2.1	Prazo. Alienação da Coisa Locada na Locação em Geral .....	368
23.3	Locação Predial. Lei do Inquilinato .....	370
23.3.1	Locações Regidas pelo Código Civil e Leis Especiais.....	371
23.3.2	Locação Residencial. Hipóteses de Denúncia Vazia ou Imotivada. Desfazimento da Locação .....	372
23.3.3	Locação para Temporada .....	375
23.3.4	Locação Não Residencial. Ação Renovatória.....	376
23.3.4.1	Oposição à Pretensão de Renovação .....	380
23.3.4.2	Rescisão do Contrato de Locação de Hospitais, Estabelecimentos de Saúde e de Ensino .....	382
23.3.4.3	Locação Destinada a Titulares de Pessoa Jurídica em Razão do Exercício da Função .....	383
23.3.5	Extinção de Usufruto e de Fideicomisso .....	383
23.3.6	Alienação de Imóvel Durante a Locação.....	384
23.3.7	Morte do Locador e do Locatário.....	385
23.3.7.1	Separação e Divórcio do Locatário .....	386
23.3.8	Cessão, Sublocação e Empréstimo do Imóvel.....	386
23.3.9	Sublocação .....	386
23.3.10	Aluguel. Ação Revisional.....	388
23.3.11	Direitos e Deveres do Locador .....	388
23.3.12	Direitos e Deveres do Locatário .....	390
23.3.13	Direito de Preferência .....	394
23.3.14	Benfeitorias.....	396

23.3.15	Garantias Locatícias .....	397
23.3.16	Penalidades Decorrentes da Locação.....	398
23.3.17	Nulidades no Contrato de Locação Predial .....	400
23.3.18	Direito Processual do Inquilinato .....	401
<b>24</b>	<b>Empréstimo: Comodato .....</b>	<b>403</b>
24.1	Empréstimo em Geral.....	403
24.2	Comodato. Natureza. Objeto. Forma.....	403
24.3	Capacidade das Partes.....	406
24.4	Promessa de Comodato .....	407
24.5	Prazo.....	407
24.6	Direitos e Obrigações do Comodatário. Riscos.....	409
24.7	Direitos e Obrigações do Comodante .....	411
24.8	Restituição. Interpelação. Pagamento de Aluguel. Benfeitorias .....	412
24.9	Comodato Modal .....	413
24.10	Extinção .....	415
<b>25</b>	<b>Empréstimo: Mútuo.....</b>	<b>417</b>
25.1	Conceito. Natureza .....	417
25.2	Objeto. Forma .....	422
25.3	Obrigações das Partes .....	423
25.4	Empréstimo de Dinheiro. Juros.....	423
25.5	Capacidade. Empréstimo Feito a Menor .....	426
25.6	Extinção .....	427
<b>26</b>	<b>Prestação de Serviços .....</b>	<b>429</b>
26.1	Conceito. Denominação .....	429
26.2	Natureza. Distinção de Outros Contratos.....	431
26.3	Objeto e Alcance da Prestação de Serviços.....	435
26.3.1	Aliciamento de Mão de Obra Alheia .....	436
26.3.2	Ausência de Habilitação para a Prestação do Serviço .....	437
26.4	Duração do Contrato .....	437
26.5	Extinção. Justa Causa .....	439
<b>27</b>	<b>Empreitada .....</b>	<b>443</b>
27.1	Conceito. Importância .....	443
27.1.1	Espécies. Revisão de Preço. O Projeto e a Fiscalização .....	444
27.1.2	Forma .....	452
27.2	Figuras Afins: Prestação de Serviço, Contrato de Trabalho, Mandato, Compra e Venda, Fornecimento. Construção por Administração.....	453

27.3	Sujeitos. Direitos e Deveres do Dono da Obra .....	455
27.4	Direitos e Deveres do Empreiteiro .....	459
27.5	Subempreitada .....	461
27.6	Verificação e Aceitação da Obra. Extinção do Contrato .....	461
27.7	Responsabilidade do Construtor. Responsabilidade perante Terceiros ..	463
27.7.1	Responsabilidade do Construtor no Atual Código.....	465
<b>28</b>	<b>Depósito</b> .....	467
28.1	Conceito. Natureza. Objeto .....	467
28.1.1	Forma .....	472
28.1.2	Depositário Incapaz .....	473
28.1.3	Pluralidade de Depositantes.....	473
28.2	Espécies. Depósito Voluntário .....	473
28.3	Obrigações das Partes .....	474
28.4	Depósito Obrigatório: Legal e Necessário.....	476
28.5	Ação de Depósito.....	478
28.5.1	Depositário Infel. Prisão.....	479
28.6	Extinção do Contrato de Depósito.....	482
<b>29</b>	<b>Mandato</b> .....	483
29.1	Conceito. Natureza. Procuração. Representação e Mandato .....	483
29.2	Aceitação do Mandato .....	489
29.3	Capacidade das Partes.....	490
29.3.1	Obrigações do Mandatário e do Mandante. Excesso de Man- dato.....	492
29.4	Forma. Modalidade. Procuração .....	497
29.4.1	Mandato Judicial.....	502
29.5	Substabelecimento.....	504
29.6	Ratificação .....	506
29.7	Procuração em Causa Própria. Contrato Consigo Mesmo ou Autocon- trato .....	507
29.8	Extinção do Mandato. Revogação .....	509
<b>30</b>	<b>Comissão</b> .....	517
30.1	Conceito e Natureza .....	517
30.2	Remuneração do Comissário.....	520
30.3	Obrigações do Comissário .....	521
30.3.1	Comissão <i>Del Credere</i> .....	523
30.4	Direitos do Comissário .....	525

30.5	Obrigações e Direitos do Comitente.....	526
30.6	Extinção do Contrato de Comissão .....	527
<b>31</b>	<b>Agência e Distribuição. Lobby.....</b>	<b>529</b>
31.1	Tratamento Conjunto de Ambos os Contratos. Os Contratos de Agência e Distribuição e o Representante Comercial .....	529
31.2	Comercialização por Terceiros .....	530
31.3	Agência .....	531
31.3.1	Agência e Contrato de <i>Lobby</i> .....	534
31.3.2	Características. Remuneração do Agente.....	534
31.3.3	Prazo.....	538
31.4	Distribuição.....	539
<b>32</b>	<b>Corretagem.....</b>	<b>543</b>
32.1	Conceito. Natureza Jurídica .....	543
32.2	Corretor .....	547
32.3	Remuneração .....	548
32.3.1	Outros Direitos e Deveres do Corretor .....	555
32.4	Extinção .....	557
<b>33</b>	<b>Transporte .....</b>	<b>559</b>
33.1	Conceito. Origens.....	559
33.2	Natureza Jurídica .....	563
33.2.1	Espécies.....	565
33.3	Sujeitos.....	565
33.4	Objeto.....	566
33.5	Frete.....	567
33.6	Obrigações das Partes. Vistoria e Protesto. Responsabilidade do Transportador .....	567
33.7	Transporte de Pessoas.....	570
33.7.1	Transporte Gratuito.....	575
33.8	Transporte de Coisas.....	577
33.9	Conhecimento .....	580
33.10	Bilhete de Passagem .....	582
33.11	Particularidades do Transporte Aéreo.....	582
<b>34</b>	<b>Seguro.....</b>	<b>585</b>
34.1	Origens. Conceito.....	585
34.2	Características. Natureza Jurídica .....	588

34.3	Objeto.....	595
34.4	Risco.....	597
34.4.1	Espécies.....	598
34.4.2	Seguro de Homem Casado em Favor da Concubina.....	604
34.5	Prêmio.....	604
34.5.1	Mora no Pagamento do Prêmio.....	605
34.6	Indenização. Rateio.....	607
34.7	Partes. Seguro Mútuo.....	610
34.8	Obrigações do Segurado.....	610
34.9	Obrigações do Segurador.....	614
34.9.1	Morte Voluntária do Segurado.....	615
34.10	Instrumentos Contratuais.....	616
34.11	Multiplicidade de Seguros. Cosseguro.....	619
34.12	Resseguro.....	621
34.13	Sub-rogação.....	623
34.14	Extinção do Contrato de Seguro.....	623
34.15	Prescrição.....	624
<b>35</b>	<b>Constituição de Renda.....</b>	<b>627</b>
35.1	Conceito. Origens. Utilidade. Características. Direito Obrigacional e Direito Real.....	627
35.2	Fontes.....	630
35.3	Nulidade de Constituição. Direito de Acrescer.....	630
35.4	Direitos e Obrigações das Partes.....	631
35.5	Extinção.....	632
<b>36</b>	<b>Jogo e Aposta.....</b>	<b>633</b>
36.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	633
36.2	Espécies de Jogo. Natureza da Obrigação. Características.....	634
36.3	Contratos Diferenciais.....	637
36.4	Sorteio.....	638
<b>37</b>	<b>Fiança.....</b>	<b>639</b>
37.1	Conceito. Natureza. Modalidades.....	639
37.2	Extensão da Fiança.....	645
37.3	Fiança e Obrigação Natural.....	647
37.4	Requisitos Subjetivos. Legitimidade. Outorga Conjugal.....	647
37.5	Efeitos da Fiança. Benefício de Ordem. Sub-rogação.....	650
37.6	Exoneração da Fiança.....	654
37.7	Fiança na Locação Imobiliária.....	658

37.8	Exceções Opostas pelo Fiador .....	659
37.9	Extinção da Fiança .....	660
<b>38</b>	<b>Dos Atos Unilaterais: Promessa de Recompensa. Concurso.....</b>	<b>661</b>
38.1	Promessa de Recompensa como Negócio Jurídico Unilateral. Conceito. Generalidades .....	661
38.2	Conteúdo .....	664
38.3	Prêmio ou Recompensa. Exigibilidade.....	665
38.4	Revogabilidade.....	666
38.5	Concurso .....	667
<b>39</b>	<b>Dos Atos Unilaterais: Gestão de Negócios .....</b>	<b>669</b>
39.1	Conceito. Natureza .....	669
39.2	Requisitos .....	673
39.3	Obrigações e Direitos do Gestor .....	674
39.4	Obrigações e Deveres do Dono. Utilidade da Gestão.....	675
39.5	Ratificação e Desaprovação da Gestão .....	676
39.6	Casos Assemelhados à Gestão. Emprego Útil.....	677
39.7	Extinção da Gestão. Ações .....	678
<b>40</b>	<b>Fornecimento.....</b>	<b>679</b>
40.1	Conceito.....	679
40.2	Natureza Jurídica. Características .....	680
40.3	Modalidades. Elementos.....	681
40.4	Distinção de Outras Modalidades Contratuais .....	682
40.5	Obrigações das Partes .....	682
40.6	Extinção .....	683
<b>41</b>	<b>Incorporação Imobiliária.....</b>	<b>685</b>
41.1	Incorporador. Incorporação. Conceito. Natureza Jurídica .....	685
41.2	Partes.....	691
41.3	Objeto.....	691
41.4	Conteúdo. Lançamento da Incorporação. Construção .....	691
41.5	Construção por Empreitada e por Administração. Venda por Preço Global.....	693
41.6	Obrigações e Direitos do Incorporador .....	695
41.7	Obrigações e Direitos dos Adquirentes. Inadimplemento Contratual. Aplicação do Art. 53 do Código de Defesa do Consumidor .....	697
41.8	Comissão de Representantes e Assembleia Geral de Adquirentes. Convenção do Condomínio.....	699
41.9	Inadimplência do Incorporador .....	702

41.10	Inadimplência do Adquirente.....	703
41.11	Extinção .....	704
41.12	O Patrimônio de Afetação. Lei nº 10.931, de 2 de Agosto de 2004.....	704
<b>42</b>	<b>Compromisso de Compra e Venda</b> .....	<b>709</b>
42.1	Conceito. Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real .....	709
42.2	Natureza Jurídica do Compromisso de Compra e Venda de Imóvel. Particularidades .....	710
42.3	Adjudicação Compulsória.....	711
42.4	Características da Promessa de Compra e Venda .....	715
<b>43</b>	<b>Garagem</b> .....	<b>719</b>
43.1	Conceito.....	719
43.2	Características.....	721
43.3	Natureza Jurídica. Semelhança com Outros Contratos.....	721
43.4	Obrigações das Partes .....	722
43.5	Proteção do Usuário. Cláusula de Exclusão de Responsabilidade .....	722
43.6	Prazo.....	725
43.7	Extinção .....	726
<b>44</b>	<b>Representação Comercial</b> .....	<b>727</b>
44.1	Conceito. Distinção da Representação Comercial de Outros Contratos e do Contrato de Agência.....	727
44.2	Representante Comercial Autônomo Segundo a Lei nº 4.886/65.....	731
44.3	Forma e Conteúdo do Contrato de Representação. Prazo.....	731
44.4	Direitos e Obrigações das Partes .....	732
44.5	Rescisão. Denúncia. Extinção do Contrato.....	734
<b>45</b>	<b>Transferência de Tecnologia. Licença e Know-How</b> .....	<b>739</b>
45.1	Terminologia. Conceito .....	739
45.2	Contrato de Licença .....	742
45.3	Contrato de <i>Know-how</i> .....	743
45.4	Outros Contratos.....	745
45.5	Extinção .....	746
<b>46</b>	<b>Franquia</b> .....	<b>747</b>
46.1	Conceito. Origens. Modalidades .....	747
46.2	Natureza Jurídica. Características. Cláusulas Específicas .....	753
46.3	Direitos e Deveres das Partes. Circular de Oferta de Franquia.....	755
46.4	Extinção do Contrato.....	757



<b>47 Factoring (Faturização)</b> .....	759
47.1 Conceito.....	759
47.2 Modalidades.....	761
47.3 Características.....	762
47.4 Obrigações das Partes. Posição do Cedido .....	764
47.5 Extinção do Contrato.....	765
<b>48 Leasing (Arrendamento Mercantil)</b> .....	767
48.1 Conceito. Natureza Jurídica .....	767
48.2 Origens.....	769
48.3 Espécies.....	769
48.3.1 Tratamento Legislativo no Brasil.....	771
48.3.2 Obrigações das Partes .....	771
48.4 Ações Judiciais .....	773
48.5 Extinção do Contrato.....	775
<b>49 Sociedade</b> .....	777
49.1 Pessoa Jurídica e Sociedade.....	777
49.2 Contrato de Sociedade. Natureza Jurídica .....	778
49.2.1 Figuras Afins .....	785
49.3 Modalidades.....	785
49.3.1 Sociedade e Associação.....	790
49.3.2 Sociedade de Fato e Sociedade Irregular .....	791
49.4 Direitos e Deveres dos Sócios .....	792
49.5 Administração.....	793
49.6 Obrigações da Sociedade e dos Sócios Perante Terceiros .....	795
49.7 Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio. Dissolução da Sociedade.....	796
<b>50 Contratos Agrários: Arrendamento e Parceria</b> .....	805
50.1 Direito Agrário e Princípios Contratuais .....	805
50.2 Arrendamento Rural. Distinção da Parceria.....	807
50.3 Parceria .....	809
50.4 Prazos.....	810
50.5 Forma.....	812
50.6 Direito de Preferência .....	813
50.7 Renovação ou Prorrogação do Contrato.....	814
50.8 Benfeitorias e Direito de Retenção.....	815
50.9 Preço no Arrendamento.....	815

50.10 Preço na Parceria .....	816
50.11 Ação de Despejo .....	817
50.12 Falsa Parceria .....	818
50.13 Extinção dos Contratos .....	818
<b>51 Contratos de Direitos Autorais .....</b>	<b>821</b>
51.1 Conceito. Âmbito. Edição .....	821
51.2 Obrigações do Autor .....	824
51.3 Direitos do Autor .....	827
51.4 Obrigações do Editor .....	829
51.5 Direitos do Editor .....	829
51.6 Extinção .....	830
51.7 Contratos de Encomenda de Obra Intelectual .....	830
51.8 Transferência de Direitos Autorais.....	831
51.9 Representação e Execução Dramática e Musical.....	834
<b>Bibliografia.....</b>	<b>837</b>
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>847</b>

4

# DIREITO CIVIL

## Reais

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

**22<sup>a</sup>**  
edição **revista e  
atualizada**

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.02.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2022 by  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

V575d

Venosa, Silvio de Salvo

Direito civil: reais / Silvio de Salvo Venosa. – 22. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

(Direito civil; 4)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-239-1

1. Direitos reais – Brasil. 2. Propriedade – Brasil. I. Título. II. Série.

22-75918

CDU: 347.2(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Respeite o direito autoral!

# SUMÁRIO

<b>1 – Universo dos Direitos Reais .....</b>	<b>1</b>
1.1 Relação das Pessoas com as Coisas.....	1
1.2 Direitos Reais e Direitos Pessoais .....	4
1.3 Divagações Doutrinárias Acerca da Natureza dos Direitos Reais ...	8
1.4 Situações Intermediárias entre Direitos Reais e Direitos Pessoais ..	10
1.4.1 Obrigações <i>Propter Rem</i> .....	11
1.4.2 Ônus Reais.....	13
1.4.3 Obrigações com Eficácia Real.....	14
<b>2 – Efeitos do Direito Real.....</b>	<b>17</b>
2.1 Denominação: Direito das Coisas. Direitos Reais .....	17
2.2 Direito Real e Eficácia <i>Erga Omnes</i> .....	17
2.3 Ações Reais .....	18
2.4 Classificação dos Direitos Reais .....	19
2.5 Tipicidade Estrita dos Direitos Reais e Normas de Ordem Pública....	20
<b>3 – Da Posse .....</b>	<b>23</b>
3.1 Defesa de um Estado de Aparência .....	23
3.2 Posse e Propriedade. Juízo Possessório e Juízo Petitório .....	26
3.3 Conceito de Posse: <i>Corpus</i> e <i>Animus</i> . Detenção. Fêmulos da Posse ...	34
3.4 Objeto da Posse. Posse de Direitos .....	43
<b>4 – Classificações da Posse .....</b>	<b>47</b>
4.1 Posse Direta e Indireta.....	47
4.2 Composse.....	52
4.3 Posse Justa e Injusta. Posse Violenta, Clandestina e Precária .....	57
4.4 Posse de Boa-fé e de Má-fé. Justo Título.....	62
4.5 Princípio de Continuidade do Caráter da Posse.....	68
4.6 Posse <i>ad Interdicta</i> e Posse <i>ad Usucapionem</i> . Posse Nova e Posse Velha .....	69

<b>5 – Aquisição, Conservação, Transmissão e Perda da Posse .....</b>	<b>71</b>
5.1 Aquisição da Posse.....	71
5.1.1 Apreensão da Coisa ou Exercício do Direito. Aquisição Originária e Derivada. Presunção de Posse dos Móveis ....	72
5.1.1.1 Modalidades de Tradição.....	75
5.1.2 Disposição da Coisa ou do Direito .....	76
5.1.3 Modos de Aquisição da Posse em Geral.....	77
5.1.4 Quem Pode Adquirir a Posse.....	77
5.2 Transmissão da Posse .....	79
5.3 Conservação e Perda da Posse.....	80
5.3.1 Perda da Posse pelo Abandono.....	82
5.3.2 Perda da Posse pela Tradição .....	83
5.3.3 Perda ou Destruição da Coisa. Coisas Postas Fora do Comércio .....	83
5.3.4 Posse de Outrem. Perda da Posse do Ausente .....	83
5.3.5 Perda da Posse pelo Constituto-Possessório.....	84
5.3.6 Perda da Posse de Direitos .....	85
5.4 Perda ou Furto da Coisa Móvel e Título ao Portador .....	86
5.5 Atos que não Induzem Posse.....	87
5.6 Posse de Móveis Contidos em Imóvel.....	87
<b>6 – Dos Efeitos da Posse (I): Frutos, Produtos e Benfeitorias. Indenização pela Perda ou Deterioração da Coisa. Usucapião.....</b>	<b>89</b>
6.1 Efeitos da Posse. Sua Classificação. Proteção Possessória .....	89
6.2 Percepção dos Frutos.....	92
6.3 Indenização por Benfeitorias e Direito de Retenção .....	96
6.4 Indenização dos Prejuízos. Indenização pela Deterioração ou Perda da Coisa .....	101
6.5 Usucapião.....	104
<b>7 – Dos Efeitos da Posse (II): Defesa da Posse. Interditos. Processo. Outras Ações de Defesa da Posse .....</b>	<b>105</b>
7.1 Fundamentos e Âmbito da Proteção Possessória. Histórico.....	105
7.2 Legítima Defesa da Posse. Desforço Imediato .....	107
7.3 Interditos Possessórios. Ações Possessórias no Código de Processo Civil.....	112
7.3.1 Ação de Esbulho ou de Indenização Movida contra Terceiro.....	113
7.3.2 Fungibilidade das Ações Possessórias .....	114

7.3.3	Aplicação das Ações Possessórias às Coisas Móveis.....	116
7.3.4	Ação Real ou Ação Pessoal.....	117
7.3.5	Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias.....	118
7.3.6	Natureza Dúplice da Ação Possessória.....	119
7.3.7	Exceção de Domínio .....	120
7.3.8	Ações de Força Nova e de Força Velha. A Medida Liminar nas Ações Possessórias.....	125
7.3.8.1	Quando mais de uma pessoa se disser possuidora .....	127
7.3.9	Carência de Idoneidade Financeira do Autor Beneficiado pela Liminar .....	127
7.4	Interdito Proibitório.....	128
7.5	Manutenção de Posse .....	130
7.6	Reintegração de Posse .....	131
7.7	Embargos de Terceiro .....	131
7.8	Nunciação de Obra Nova .....	133
7.9	Ação de Dano Infecto .....	135
7.10	Imissão de Posse.....	135
7.11	Servidões e Proteção Possessória .....	136
<b>8</b>	<b>– Propriedade .....</b>	<b>139</b>
8.1	Notícia Histórica .....	139
8.2	Aspectos da Finalidade Social da Propriedade. A Expropriação do Art. 1.228, § 4º .....	141
8.2.1	O Estatuto da Cidade.....	146
8.3	Sobre a Natureza Jurídica da Propriedade.....	147
8.4	Objeto do Direito de Propriedade .....	148
8.5	Restrições ao Direito de Propriedade.....	152
8.6	Noção de Patrimônio.....	152
<b>9</b>	<b>– Aquisição da Propriedade em Geral. Aquisição da Propriedade Imóvel. Usucapião e suas Modalidades.....</b>	<b>155</b>
9.1	Propriedade Móvel e Imóvel. Princípios Gerais.....	155
9.1.1	Sistemas de Aquisição da Propriedade.....	156
9.1.2	Ação Pessoal para Entrega de Coisa. Aspectos Processuais.....	159
9.1.3	Aquisição Originária e Derivada; a Título Singular e a Título Universal.....	161
9.2	Aquisição da Propriedade Imóvel pela Transcrição. Registro de Imóveis: Princípios Gerais. Registro Torrens .....	162

9.3	Acessão .....	167
9.3.1	Acessão por Formação de Ilhas .....	168
9.3.2	Acessão por Formação de Aluvião .....	168
9.3.3	Acessão por Avulsão .....	171
9.3.4	Acessão por Álveo Abandonado .....	172
9.3.5	Construções e Plantações .....	174
	9.3.5.1 Construções em imóvel alheio. Disposições do Código de 2002 .....	177
9.3.6	Acessão Natural de Animais .....	179
9.4	Usucapião: Introdução. Notícia Histórica .....	180
9.4.1	Fundamentos da Usucapião .....	181
9.4.2	Requisitos da Usucapião. Usucapião Ordinária e Extraordinária no Código de 1916 .....	182
	9.4.2.1 Justo título e boa-fé na usucapião ordinária no Código de 1916 .....	187
9.4.3	Usucapião no Código de 2002. Modalidades. Uma Nova Perspectiva .....	188
9.4.4	Usucapião Especial. Constituição de 1988. Usucapião Familiar .....	192
	9.4.4.1 Usucapião coletiva instituída pelo Estatuto da Cidade. Aquisição de propriedade de imóvel reivindicando (art. 1.228, § 4º, do Código) .....	196
9.4.5	Processo de Usucapião .....	199
9.4.6	Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião .....	201
9.5	Aquisição pelo Direito Hereditário .....	201
<b>10</b>	<b>- Ação Reivindicatória e Outros Meios de Tutela da Propriedade .....</b>	<b>203</b>
10.1	Juízo Possessório e Juízo Petitório. Tutela da Propriedade .....	203
10.2	Ação Reivindicatória .....	204
10.3	Ação Declaratória .....	207
10.4	Ação Negatória .....	207
10.5	Outros Meios de Tutela da Propriedade .....	209
<b>11</b>	<b>- Aquisição da Propriedade Móvel .....</b>	<b>211</b>
11.1	Introdução .....	211
11.2	Ocupação .....	212
	11.2.1 Caça .....	213
	11.2.2 Pesca .....	214
	11.2.3 Invenção ou Descoberta .....	215
	11.2.4 Tesouro .....	217



11.3	Especificação.....	219
11.4	Confusão, Comistão e Adjunção .....	221
11.5	Usucapião da Coisa Móvel.....	223
11.6	Tradição.....	226
<b>12</b>	<b>– Perda da Propriedade. Desapropriação .....</b>	<b>231</b>
12.1	Hipóteses de Perda da Propriedade Móvel e Imóvel .....	231
12.2	Alienação.....	232
12.3	Renúncia.....	232
12.4	Abandono.....	234
12.5	Percimento do Objeto.....	235
12.6	Desapropriação. Natureza.....	236
12.6.1	Modalidades de Desapropriação .....	238
12.6.2	Objeto da Desapropriação.....	240
12.6.3	Declaração Expropriatória .....	241
12.6.4	Processo da Desapropriação .....	241
12.6.5	Indenização e Pagamento.....	247
12.6.6	Desapropriação Indireta.....	248
12.6.7	Desistência da Desapropriação. Revogação e Anulação do Ato Expropriatório .....	249
12.6.8	Retrocessão.....	250
12.6.9	Servidão Administrativa, Requisição e Ocupação Provisória.....	252
<b>13</b>	<b>– Direitos de Vizinhança. Uso Nocivo da Propriedade .....</b>	<b>255</b>
13.1	Uso Nocivo, Mau Uso e Prejuízo Decorrentes de Direito de Vizinhança .....	255
13.1.1	Dificuldade da Noção de Uso Nocivo da Propriedade.....	259
13.1.2	Ações Decorrentes do Uso Nocivo da Propriedade. Dano Infecto .....	265
13.2	Árvores Limítrofes .....	269
13.3	Passagem Forçada .....	270
13.3.1	Passagem de Cabos e Tubulações.....	274
13.4	Águas .....	276
13.5	Limites entre Prédios. Demarcação .....	282
13.6	Direito de Construir .....	287
13.7	Direito de Tapagem.....	295

<b>14 – Condomínio em Geral.....</b>	<b>299</b>
14.1 Comunhão de Direitos e Condomínio.....	299
14.2 Antecedentes Históricos e Natureza do Condomínio.....	299
14.3 Modalidades e Fontes do Condomínio.....	301
14.4 Direitos e Deveres dos Condôminos.....	304
14.5 Administração do Condomínio.....	309
14.6 Venda da Coisa Comum. Venda de Quinhão Comum. Divisão e Extinção do Condomínio.....	311
14.7 Condomínio em Paredes, Cercas, Muros e Valas.....	315
14.8 Compáscuo.....	316
<b>15 – Condomínio Edifício. Outras Modalidades de Condomínio. Multipropriedade.....</b>	<b>317</b>
15.1 Denominação e Natureza Jurídica. Duplicidade de Natureza no Direito de Propriedade: Unidades Autônomas e Áreas Comuns. Personificação.....	317
15.2 Constituição e Objeto. Incorporação Imobiliária.....	320
15.3 Convenção de Condomínio. Regimento Interno.....	325
15.4 Direitos e Deveres dos Condôminos. Infrações e Penalidades. Restrição ao Direito do Condômino. Possibilidade de Exclusão de Condômino ou Ocupante.....	331
15.4.1 Terraço de Cobertura. Vagas de Garagem e Áreas de Lazer e de Utilização Comum.....	341
15.5 Despesas de Condomínio. Cobrança. Obras e Reformas.....	345
15.5.1 Inquilino na Unidade Autônoma. Lei do Inquilinato.....	349
15.6 Assembleia Geral de Condôminos.....	351
15.7 Administração do Condomínio. O Síndico.....	353
15.8 Extinção do Condomínio Horizontal.....	355
15.9 Novas Manifestações Condominiais: Loteamentos Fechados, <i>Shopping Centers</i> , Clubes de Campo, Cemitérios.....	356
15.9.1 Multipropriedade ( <i>time sharing</i> ).....	357
15.9.2 Particularidades legais da multipropriedade.....	360
15.10 Do Condomínio de Lotes.....	363
<b>16 – Propriedade Resolúvel.....</b>	<b>365</b>
16.1 Hipóteses Legais.....	365
16.2 Propriedade Sujeita a Condição ou Termo.....	366
16.3 Propriedade Resolúvel por Causa Superveniente.....	369

<b>17 – Garantia Fiduciária. Propriedade Fiduciária .....</b>	<b>371</b>
17.1 Alienação Fiduciária em Garantia. Origens. Conceito. A Propriedade Fiduciária no Código Civil de 2002 .....	371
17.2 Garantia Fiduciária dos Bens Móveis. Requisitos e Alcance. Lei nº 10.931/2004. Sujeitos .....	376
17.2.1 Consequências do Inadimplemento na Alienação Fiduciária de Bens Móveis .....	381
17.2.2 Obrigações do Credor na Alienação Fiduciária de Bens Móveis.....	382
17.2.3 Garantia Fiduciária de Móveis na Falência.....	382
17.3 Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel.....	383
17.3.1 Extinção da Alienação Fiduciária Imobiliária.....	384
17.3.2 Leilão.....	385
17.3.3 Outras Disposições: Cessão de Posição Contratual, Reintegração de Posse, Fiança, Insolvência. Forma.....	386
<b>18 – Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Enfitese e Superfície.....</b>	<b>389</b>
18.1 Propriedade e Direitos Reais Limitados.....	389
18.2 Enfitese. Conceito. Notícia Histórica .....	393
18.2.1 Enfitese. Efeitos. Constituição. Objeto.....	395
18.2.2 Direitos e Deveres do Enfiteuta.....	397
18.2.3 Direitos e Deveres do Senhorio.....	399
18.2.4 Extinção da Enfitese .....	400
18.2.5 Ações Decorrentes da Enfitese .....	404
18.2.6 Enfitese da União .....	404
18.3 Direito de Superfície. Conceito e Compreensão.....	405
18.3.1 Direito de Superfície no Estatuto da Cidade. Cotejo com o Código Civil.....	408
18.3.2 Direitos das Partes. Pagamento. Transmissão do Direito. Preferência.....	410
18.3.3 Extinção .....	411
<b>19 – Servidões.....</b>	<b>413</b>
19.1 Conceito. Notícia Histórica .....	413
19.1.1 Servidões e Limitações Decorrentes de Vizinhança. Servidões Administrativas .....	416
19.1.2 Modalidades de Servidão. Origem Histórica.....	417
19.2 Classificação.....	418

19.3	Características .....	421
19.4	Exercício do Direito de Servidão .....	425
19.5	Origem e Constituição das Servidões .....	428
19.6	Extinção das Servidões.....	431
19.7	Ações Decorrentes das Servidões .....	433
<b>20</b>	<b>– Usufruto. Uso. Habitação .....</b>	<b>435</b>
20.1	Conceito de Usufruto. Notícia Histórica .....	435
20.2	Natureza Jurídica. Características, Finalidades e Objeto. Usufruto Impróprio. Constituição e Transcrição. Acessórios.....	437
20.3	Afinidade e Distinção com Outros Institutos. Usufruto e Fideicomisso. Usufruto Sucessivo.....	441
20.4	Modalidades. Usufrutos Especiais .....	443
20.5	Inalienabilidade.....	445
20.6	Direito de Acrescer entre Usufrutuários.....	448
20.7	Direitos do Usufrutuário.....	451
20.8	Deveres do Usufrutuário.....	452
20.9	Direitos e Obrigações do Nu-proprietário.....	454
20.10	Usufruto de Pessoa Jurídica e sobre Patrimônio.....	454
20.11	Extinção do Usufruto .....	456
20.12	Direito Real de Uso .....	458
20.13	Direito Real de Habitação .....	460
20.14	Ações Decorrentes de Usufruto, Uso e Habitação.....	462
<b>21</b>	<b>– Rendas Constituídas sobre Imóveis (Leitura Adicional).....</b>	<b>463</b>
21.1	Contrato de Constituição de Renda e Direito Real. Notícia Histórica.....	463
21.2	Características do Direito Obrigacional de Constituição de Renda.....	464
21.3	Características como Direito Real .....	465
21.4	Direitos e Obrigações do Credor e do Rendeiro.....	467
21.5	Extinção.....	467
21.6	Ações Decorrentes da Constituição de Renda .....	468
<b>22</b>	<b>– Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real. Direito do Promitente Comprador .....</b>	<b>469</b>
22.1	Origens. Conceito .....	469
22.2	Natureza Jurídica.....	473
22.3	Adjudicação Compulsória .....	476
22.4	Lineamentos Gerais da Promessa de Compra e Venda.....	479

<b>23 – Direitos Reais de Garantia.....</b>	<b>483</b>
23.1 Conceito. Notícia Histórica. Natureza. Bens Móveis e Imóveis. Penhor, Hipoteca e Anticrese .....	483
23.2 Relação entre o Crédito e a Garantia. Eficácia contra Terceiros. Excussão. Especialização. Preferência .....	484
23.3 Garantia Prestada por Terceiros.....	488
23.4 Indivisibilidade. Remição. Direito Real de Garantia no Condomínio .....	490
23.5 Capacidade para Instituir a Garantia e seu Objeto.....	493
23.6 Proibição do Pacto Comissório.....	494
23.7 Princípio da Prioridade.....	496
23.8 Antecipação de Vencimento das Obrigações. Substituição e Reforço da Garantia Real.....	496
23.9 Extinção dos Direitos Reais de Garantia.....	498
<b>24 – Penhor.....</b>	<b>499</b>
24.1 Conceito. Características. Modalidades.....	499
24.2 Penhor Convencional. Constituição. Objeto.....	503
24.2.1 Direitos e Obrigações do Credor e Devedor Pignoratício ...	505
24.3 Penhor Legal .....	506
24.4 Modalidades Especiais de Penhor. Penhor Rural (Agrícola e Pecuário). Penhor Industrial. Penhor Mercantil.....	510
24.4.1 Penhor de Veículos.....	516
24.5 Penhor de Direitos e Caução de Títulos de Crédito .....	517
24.6 Extinção do Penhor .....	519
24.7 Ações Decorrentes do Penhor .....	522
<b>25 – Hipoteca.....</b>	<b>523</b>
25.1 Notícia Histórica .....	523
25.2 Princípios Gerais.....	525
25.2.1 Registro da Hipoteca. Dúvida.....	531
25.3 Hipoteca Convencional.....	534
25.4 Hipoteca Legal.....	534
25.5 Hipoteca Judicial .....	538
25.6 Pluralidade de Hipotecas e Insolvência do Devedor .....	539
25.6.1 Abandono do Imóvel Hipotecado pelo Adquirente .....	540
25.7 Efeitos da Hipoteca .....	540
25.8 Remição.....	541
25.8.1 Perempção da Hipoteca.....	544

25.8.2	Prefixação de Valor do Imóvel Hipotecado para Fins de Arrematação, Adjudicação e Remissão .....	545
25.9	Hipotecas Contraídas no Período Suspeito da Falência .....	545
25.9.1	Loteamento ou Constituição de Condomínio no Imóvel Hipotecado .....	545
25.10	Extinção da Hipoteca .....	548
25.11	Cédula Hipotecária Habitacional.....	551
25.12	Execução da Dívida Hipotecária. Execução Extrajudicial da Dívida Hipotecária.....	552
25.13	Hipoteca Naval, Aérea e de Vias Férreas. Minas e Pedreiras.....	553
<b>26</b>	<b>– Anticrese. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....</b>	<b>555</b>
26.1	Conceito. Notícia Histórica .....	555
26.2	Direitos e Deveres do Devedor e do Credor.....	558
26.3	Extinção da Anticrese. Anticrese de Bens Móveis.....	559
26.4	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso .....	561
<b>27</b>	<b>– Outros Direitos Reais: Laje. Fundos de Investimento .....</b>	<b>565</b>
27.1	A Laje.....	565
27.2	Fundo de Investimento.....	568
<b>28</b>	<b>– Direitos de Autor .....</b>	<b>571</b>
28.1	Conceito. Conteúdo.....	571
28.2	Objeto do Direito Autoral.....	574
28.3	Conceituação de Autor. Direitos Morais.....	577
28.4	Direitos Patrimoniais do Autor. Cessão de Direitos.....	578
28.5	Direitos Conexos.....	581
28.6	Registro das Obras Intelectuais .....	581
28.7	Direitos Autorais no Campo da Informática.....	581
28.8	Associações de Titulares de Direito de Autor .....	583
28.9	Alguns Aspectos dos Direitos Autorais. Obra Feita sob Encomenda. Obra Publicitária. Transmissões Radiofônicas e Televisivas. Obras de Artes Plásticas. Obra Fotográfica. Obra Jornalística. Obras Fonográficas e Cinematográficas .....	583
28.10	Tutela dos Direitos Autorais .....	587
	<b>Bibliografia.....</b>	<b>589</b>
	<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>595</b>

5

# DIREITO CIVIL

## Família e Sucessões

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

**22<sup>a</sup>**  
edição **revista e  
atualizada**

 | **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 14.02.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Alameda Arapoema, 659 – Sala 05 – Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

V575d  
v. 5

Venosa, Sílvio de Salvo. 1945-  
Direito Civil: família e sucessões / Sílvio de Salvo Venosa. 22. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5977-241-4

1. Direito de família – Brasil. 2. Herança e sucessão – Brasil. I. Título. II. Série.

22-76141

CDU: 347.65(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



# SUMÁRIO

## Parte I

### Direito de Família

<b>1</b>	<b>Introdução ao Direito de Família .....</b>	<b>3</b>
1.1	Compreensão .....	3
1.2	Lineamentos Históricos.....	4
1.3	Família Contemporânea. Novos Fenômenos Sociais .....	7
1.4	Natureza Jurídica da Família.....	10
1.5	Direito de Família.....	11
1.5.1	Características Peculiares .....	14
1.6	Direito de Família no Brasil. Constituição de 1988 .....	16
1.7	Estado de Família .....	19
1.7.1	Ações de Estado.....	20
<b>2</b>	<b>Casamento e União Estável .....</b>	<b>23</b>
2.1	Introdução. Justificação do Presente Título .....	23
2.2	Lineamentos Históricos.....	24
2.3	Casamento no Direito Brasileiro. Conceito .....	26
2.3.1	Natureza Jurídica do Casamento.....	27
2.3.2	Características do Casamento. Finalidades. Pressupostos.....	28
2.3.3	Casamento Civil e Religioso .....	30
2.3.4	Esponsais: Promessa de Casamento.....	31
2.3.5	Corretagem Matrimonial .....	35
2.4	União de Fato. União Estável. Concubinato .....	35
2.4.1	Natureza Jurídica da União Estável. Conceito e Compreensão. Elementos Constitutivos.....	39
2.4.2	União Estável e Casamento. Aspectos Legais da União Es- tável.....	45
2.5	Mosaico Familiar .....	49

<b>3</b>	<b>Formalidades Preliminares. Habilitação para o Casamento.....</b>	<b>51</b>
3.1	Lineamentos Históricos.....	51
3.2	Habilitação.....	52
3.3	Suprimento do Consentimento .....	58
3.4	Procedimento de Habilitação.....	61
3.4.1	Dispensa de Proclamas .....	63
<b>4</b>	<b>Impedimentos Matrimoniais. Causas de Anulação e Causas Suspensivas.....</b>	<b>65</b>
4.1	Legitimação e Capacidade para o Casamento .....	65
4.2	Aspectos Gerais dos Impedimentos.....	66
4.3	Impedimentos no Código de 2002.....	67
4.4	Casamento Anulável. Impedimentos Relativos.....	73
4.5	Causas Suspensivas.....	78
4.6	Oposição de Impedimentos .....	80
<b>5</b>	<b>Celebração e Prova do Casamento .....</b>	<b>83</b>
5.1	Ritos Matrimoniais.....	83
5.2	Cerimônia do Casamento .....	84
5.2.1	Suspensão da Cerimônia .....	87
5.2.2	Casamento perante Autoridade Diplomática .....	87
5.3	Casamento por Procuração.....	88
5.4	Casamento sob Moléstia Grave. Casamento Nuncupativo.....	89
5.5	Casamento Religioso com Efeitos Cíveis .....	92
5.6	Prova do Casamento. Posse de Estado de Casado .....	93
<b>6</b>	<b>Casamento Inexistente, Nulo e Anulável.....</b>	<b>97</b>
6.1	Casamento Inexistente.....	97
6.2	Nulidade e Inexistência do Casamento .....	100
6.3	Nulidades do Casamento.....	101
6.3.1	Legitimação para Arguir Nulidade .....	102
6.3.2	Casos de Nulidade.....	103
6.4	Casamento Anulável. Legitimação. Prazos .....	104
6.4.1	Hipóteses de Anulação. Coação .....	105
6.4.2	Erro Essencial sobre a Pessoa.....	106
6.4.3	Erro Quanto a Identidade, Honra e Boa Fama.....	108
6.4.4	Ignorância de Crime .....	111
6.4.5	Defeito Físico Irremediável ou Moléstia Grave. Doença Mental...	112
6.4.6	Prazos para Ação de Anulação .....	113
6.5	O Dolo não é Causa de Anulação.....	114

<b>7 Casamento Putativo.....</b>	<b>115</b>
7.1 Conceito.....	115
7.2 Condições do Casamento Putativo .....	117
7.2.1 Erro de Direito e Erro de Fato no Casamento Putativo .....	117
7.3 Efeitos do Casamento Putativo.....	120
7.4 Declaração de Putatividade.....	122
<b>8 Eficácia do Casamento. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Introdução ao Direito Conjugal Patrimonial .....</b>	<b>123</b>
8.1 Introdução .....	123
8.1.1 Eficácia do Casamento.....	125
8.1.2 Princípios Gerais do Direito Patrimonial Entre os Cônjuges. Alteração de Regime .....	126
8.2 Deveres dos Cônjuges.....	135
8.3 Direitos e Deveres do Marido no Código de 1916. Os Direitos Homogêneos no Código de 2002 .....	138
<b>9 Separação e Divórcio .....</b>	<b>145</b>
9.1 Introdução .....	145
9.2 Separação e Divórcio. Aspectos Legais Comparativos .....	148
9.2.1 Nome da Mulher. Nome dos Cônjuges.....	152
9.3 Separação Judicial. Modalidades (Leitura Complementar).....	156
9.3.1 Processo de Separação, Divórcio por Mútuo Consentimento. Possibilidade de Realização por Escritura Pública.....	159
9.3.1.1 Alimentos. Renúncia aos alimentos na separação...	164
9.3.1.2 Guarda e proteção dos filhos na separação e nas várias situações assemelhadas. Guarda compartilhada e suas particularidades.....	170
9.3.1.3 Partilha. Promessa de doação .....	175
9.3.2 Separação Litigiosa .....	177
Leitura Complementar.....	178
9.3.2.1 O dano moral no rompimento da sociedade conjugal e no direito de família.....	179
9.3.2.2 Separação por conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento (leitura complementar) .....	180
9.3.2.3 Separação por ruptura da vida em comum (leitura complementar).....	182
9.3.2.4 Separação por grave doença mental (leitura complementar) .....	182

9.3.2.5	Indeferimento da separação na forma do art. 6º da Lei nº 6.515/77. Cláusula de dureza. Dispositivo ausente no Código Civil de 2002 (leitura complementar) .....	183
9.3.2.6	Efeitos patrimoniais na forma do § 3º do art. 1.572 (leitura complementar).....	184
9.3.2.7	Proteção à pessoa dos filhos na separação litigiosa e no divórcio. Guarda dos filhos. Direito de visitas .....	184
9.3.3	Reconciliação. Efeitos.....	188
9.3.4	Separação de Corpos e Outras Medidas Cautelares .....	189
9.4	Divórcio .....	190
9.4.1	Modalidades de Divórcio. Processo .....	191
9.4.2	Conversão da Separação Judicial em Divórcio.....	192
9.4.2.1	Partilha no divórcio.....	194
9.4.3	Divórcio Direto. Consensual e Litigioso .....	194
9.4.4	Efeitos do Divórcio.....	197
<b>10</b>	<b>Parentesco</b> .....	199
10.1	Conceito e Compreensão .....	199
10.2	Modalidades de Parentesco.....	203
10.3	Contagem de Graus.....	204
10.4	Afinidade .....	206
10.5	Efeitos do Parentesco .....	207
<b>11</b>	<b>Filiação</b> .....	209
11.1	Conceito.....	209
11.2	Filiação Legítima. Paridade na Filiação.....	210
11.2.1	Conceito de Filiação Legítima .....	212
11.2.2	Provas de Paternidade. Os Filhos Provenientes de Inseminação Artificial. A Reprodução Assistida.....	221
11.2.3	Biogenética e Paternidade .....	224
11.3	Ação de Filiação Legítima .....	229
11.3.1	Ação Negatória de Maternidade.....	231
<b>12</b>	<b>Filiação Fora do Casamento</b> .....	233
12.1	Evolução Legislativa .....	233
12.2	Reconhecimento de Filiação .....	235
12.2.1	Reconhecimento Voluntário. Lei nº 8.560/92. Atual Código... ..	236
12.2.2	Averiguação Oficiosa de Paternidade .....	240
12.2.3	Oposição ao Reconhecimento .....	243

12.2.4	Anulação do Reconhecimento.....	243
12.3	Investigação de Paternidade.....	246
12.3.1	Provas Científicas de Paternidade .....	252
12.4	Efeitos do Reconhecimento.....	252
12.5	Investigação de Maternidade .....	254
<b>13</b>	<b>Adoção.....</b>	<b>255</b>
13.1	Conceito.....	255
13.2	Lineamentos Históricos.....	257
13.3	Natureza Jurídica .....	259
13.4	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução Legislativa. A Lei da Adoção .....	259
13.5	Guarda .....	262
13.6	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei da Adoção. Requisitos.....	265
13.6.1	Estágio de Convivência.....	272
13.6.2	Adoção Internacional.....	273
13.6.3	Sentença e Registro.....	275
13.6.4	Efeitos da Adoção.....	276
13.6.5	Cadastro de Crianças e Adolescentes para Adoção .....	278
13.7	Adoção: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Atual Código Civil. Lei da Adoção .....	278
<b>14</b>	<b>Poder Familiar. Alienação Parental.....</b>	<b>281</b>
14.1	Introdução. Lineamento Histórico. Compreensão .....	281
14.2	Titularidade do Poder Familiar. Sujeitos .....	283
14.3	Conteúdo do Poder Familiar ou da Autoridade Parental .....	285
14.4	Particularidades.....	286
14.5	Poder Familiar Quanto à Pessoa dos Filhos.....	287
14.6	Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.....	289
14.7	Suspensão, Perda e Extinção do Poder Familiar .....	291
14.8	Alienação Parental.....	296
<b>15</b>	<b>Regimes de Bens.....</b>	<b>301</b>
15.1	Introdução.....	301
15.2	Princípios Gerais. Requisitos do Pacto Antenupcial .....	305
15.2.1	Separação Obrigatória de Bens.....	306
15.2.1.1	Comunhão de aquestos na separação legal no sistema de 1916. O atual Código .....	307
15.2.2	Redução a Termo. Escritura Pública .....	309

15.3	Comunhão Parcial.....	312
15.3.1	Bens Excluídos da Comunhão Parcial.....	312
15.3.2	Bens que Ingressam na Comunhão.....	316
15.3.3	Administração dos Bens na Comunhão Parcial.....	316
15.4	Comunhão Universal de Bens .....	318
15.4.1	Bens Excluídos da Comunhão Universal .....	320
15.5	Regime de Participação Final nos Aquestos .....	323
15.6	Separação de Bens .....	328
15.7	Regime Dotal .....	329
15.8	Outros Regimes .....	329
15.9	Doações Antenupciais .....	330
15.10	Disciplina Patrimonial Entre Companheiros ou Conviventes. Contrato de Convivência na União Estável .....	331
<b>16</b>	<b>Alimentos.....</b>	<b>335</b>
16.1	Introdução. Conceito. Origens .....	335
16.2	Pressupostos da Obrigação Alimentar .....	338
16.3	Modalidades. Características .....	342
16.4	Sujeitos da Obrigação Alimentícia.....	350
16.4.1	Alimentos aos Filhos Menores. Alimentos à Mulher Gestante....	354
16.4.2	Alimentos aos Filhos Maiores, Pais e Irmãos .....	356
16.4.3	Alimentos Decorrentes do Casamento.....	357
16.4.4	Alimentos na União Estável.....	361
16.5	Transmissão da Obrigação Alimentar .....	363
16.6	Conteúdo e Condições da Prestação Alimentícia.....	364
16.7	Ação de Alimentos. Lei nº 5.478/68.....	365
16.7.1	Execução de Alimentos. Prisão do Devedor.....	367
<b>17</b>	<b>Bem de Família .....</b>	<b>371</b>
17.1	Origem Histórica.....	371
17.2	Legislação. Conceituação. Natureza Jurídica .....	371
17.3	A Lei nº 8.009, de 29-3-90 .....	373
17.4	Objeto e Valor do Bem de Família .....	376
17.5	Legitimação para a Instituição e Destinação do Bem.....	378
17.6	Requisitos .....	379
17.7	Inalienabilidade e Impenhorabilidade do Bem de Família. Aplicação na Lei nº 8.009/1990.....	380
17.8	Duração .....	384
17.9	Processo de Constituição.....	385
17.10	O Bem de Família no Código Civil de 2002 .....	386

<b>18 União Estável. Uniões Homoafetivas .....</b>	<b>389</b>
18.1 União Estável e Direito de Família.....	389
18.2 Reconhecimento da União Estável.....	394
18.3 Apontamentos Sobre a Polêmica Legislação.....	395
18.4 Convenções entre os Conviventes.....	395
18.5 Contratos Afetivos.....	396
18.6 Dissolução da União Estável. Patrimônio .....	399
18.7 União de Pessoas do Mesmo Sexo. Homoafetividade e o Direito.....	401
18.7.1 Introdução .....	401
18.7.2 Escorço Histórico .....	406
18.7.3 Aspectos.....	407
18.7.4 Direitos .....	408
18.7.5 Homoafetividade e União.....	409
18.7.6 Homoafetividade e Adoção.....	411
<b>19 Tutela .....</b>	<b>413</b>
19.1 Introdução. Conceito. Origens .....	413
19.2 Particularidades da Tutela. Responsabilidade do Tutor .....	417
19.3 Fontes da Tutela .....	418
19.3.1 Requisitos da Tutela .....	421
19.4 Os Tutores. Tutela e Poder Familiar.....	422
19.4.1 Nomeação de Casal para o Encargo de Tutores .....	424
19.5 Incapazes de Exercer a Tutela .....	424
19.5.1 Proibições Legais .....	425
19.6 Escusa dos Tutores .....	425
19.7 Garantia da Tutela .....	426
19.8 Exercício da Tutela .....	428
19.9 Bens dos Órfãos.....	430
19.10 Prestação de Contas .....	431
19.11 Cessação da Tutela.....	433
19.12 Processo de Interdição .....	433
<b>20 Curatela.....</b>	<b>435</b>
20.1 Introdução. Conceito .....	435
20.2 Princípios da Curatela. Quem Pode ser Curador.....	439
20.2.1 Administração Provisória.....	441
20.3 Pessoas com Deficiência .....	441
20.4 Aqueles que por Causa Transitória ou Permanente não Puderem Exprimir sua Vontade .....	442

20.5	Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos.....	442
20.6	Pródigos.....	443
20.7	Nascituros.....	444
20.8	Tomada de Decisão Apoiada. Mentores ou Preceptores.....	445
20.9	Legitimidade para Requerer a Interdição.....	447
20.10	Processo de Interdição.....	449
20.11	Sentença de Interdição.....	450
20.12	Levantamento de Interdição. Internamento.....	451
<b>21</b>	<b>Ausência.....</b>	<b>453</b>
21.1	Introdução.....	453
21.2	Curadoria do Ausente.....	454
21.3	Sucessão Provisória.....	456
21.4	Sucessão Definitiva.....	459
21.5	Consequências para o Direito de Família.....	459

## Parte II

### Direito das Sucessões

<b>22</b>	<b>Noções Introdutórias.....</b>	<b>463</b>
22.1	Sucessão. Compreensão do Vocábulo. O Direito das Sucessões.....	463
22.2	Direito das Sucessões no Direito Romano.....	464
22.3	Ideia Central do Direito das Sucessões.....	465
22.4	Noção de Herança. Herança Digital.....	467
22.5	Sucessão Legítima e Testamentária. Lei Aplicável. Legado não se Confunde com Herança.....	471
<b>23</b>	<b>Abertura da Sucessão. Transmissão da Herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão da Herança.....</b>	<b>473</b>
23.1	Fato que Determina a Sucessão.....	473
23.2	Momento da Abertura da Sucessão. A Comoriência.....	473
23.3	Transmissão e Aceitação da Herança. Lei que Regula a Sucessão e a Legitimação para Suceder.....	475
23.4	Aceitação da Herança. Conteúdo. Formas. Renúncia.....	479
23.4.1	Direito de Deliberar.....	490
23.4.2	Aceitação da Herança sob Benefício de Inventário.....	490
23.5	Cessão de Direitos Hereditários (Venda ou Alienação da Herança ou de Bens da Herança).....	492



<b>24 Inventário: Noção. Posse dos Herdeiros e Posse do Inventariante. Indivisibilidade da Herança. Capacidade para Suceder. Pactos Sucessórios.....</b>	<b>497</b>
24.1 Inventário e Indivisibilidade da Herança .....	497
24.1.1 Foro Competente.....	501
24.1.2 Inventariança.....	502
24.1.3 Nomeação e Remoção do Inventariante.....	504
24.1.3.1 Leitura complementar.....	507
24.2 Indivisibilidade da Herança .....	508
24.3 Capacidade para Suceder .....	509
24.4 Pactos Sucessórios .....	511
<b>25 Capacidade para Suceder. Indignidade. Aparência e Herdeiro Aparente .....</b>	<b>513</b>
25.1 Capacidade para Suceder .....	513
25.2 Indignidade para Suceder.....	517
25.3 Características da Indignidade .....	518
25.4 Efeitos da Indignidade .....	519
25.5 Reabilitação do Indigno.....	521
25.6 Casos de Indignidade.....	522
25.7 Aparência e Herdeiro Aparente. O art. 1.817 do Código Civil. Posição do Herdeiro Aparente no Código de 2002.....	525
<b>26 Herança Jacente. Herança Vacante. Sucessão do Estado. Sucessão do Ausente .....</b>	<b>529</b>
26.1 Herança sem Herdeiros. Jacência.....	529
26.2 Casos de Herança Jacente.....	531
26.3 Arrecadação dos Bens da Herança Jacente .....	533
26.4 Herança Vacante.....	534
26.5 Sucessão do Estado.....	537
26.6 Sucessão do Ausente. Sucessão Provisória e Definitiva.....	538
<b>27 Inventários e Arrolamentos. Processo. Petição de Herança .....</b>	<b>541</b>
27.1 Inventário e Partilha. Judicialidade e Extrajudicialidade do Inventário. Lei nº 11.441/07. Questões de Alta Indagação.....	541
27.1.1 Inventário e Partilha Extrajudicial. Aspectos do Inventário Judicial .....	542
27.2 Dispensa do Processo de Inventário. Alvarás .....	545
27.3 Inventário Negativo.....	547
27.4 Legitimidade para Requerer o Inventário. Prazos.....	549
27.5 Foro do Inventário.....	550
27.6 Questões Relativas à Inventariança.....	551

27.7	Primeiras Declarações .....	553
27.8	Citações no Inventário .....	554
27.9	Fase das Impugnações no Inventário .....	554
27.10	Fase de Avaliação e Cálculo do Imposto. Últimas Declarações .....	555
27.11	Imposto <i>Causa Mortis</i> .....	557
27.12	Arrolamentos .....	559
27.13	Petição de Herança .....	561
<b>28</b>	<b>Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de Vocação Hereditária</b> .....	<b>565</b>
28.1	Sucessão Legítima e Testamentária .....	565
28.2	Origens Históricas .....	566
28.3	Sucessão em Linha Reta: Sucessão dos Descendentes .....	567
28.4	Igualdade de Direito Sucessório dos Descendentes na Atualidade. O Art. 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988 .....	569
28.5	Direito de Representação. Representação na Classe dos Descendentes ...	572
28.5.1	Fundamento do Instituto da Representação .....	574
28.5.2	Requisitos da Representação .....	575
28.5.3	Efeitos da Representação .....	576
28.6	Sucessão dos Ascendentes .....	576
28.7	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente .....	577
28.7.1	Meação do Cônjuge .....	577
28.7.2	Sucessão do Cônjuge. Evolução na Posição Sucessória da Mulher .....	578
28.7.2.1	A sucessão do cônjuge no Código de 2002 .....	580
28.7.2.2	Legitimidade do cônjuge para suceder .....	585
28.8	União Estável. Direito Sucessório dos Companheiros .....	586
28.8.1	Direitos Sucessórios dos Companheiros no Código de 2002 ...	592
28.9	Sucessão dos Colaterais .....	593
28.10	Sucessão do Estado .....	594
28.11	Sucessão do Cônjuge. Direito Real de Habitação .....	595
28.11.1	Antecedentes. Princípios .....	595
28.11.2	Direito de Habitação e União Estável .....	596
28.11.3	Aspectos do Direito Real de Habitação Sucessório. Soluções ...	597
<b>29</b>	<b>Herdeiros Necessários. Porção Legítima. Inalienabilidade e Outras Cláusulas Restritivas</b> .....	<b>599</b>
29.1	Restrição à Liberdade de Testar. Histórico. Fundamento .....	599
29.1.1	Cálculo das Doações no Cômputo das Legítimas .....	602
29.2	Restrições que Pode Sofrer a Legítima. A Cláusula de Inalienabilidade ...	603

29.2.1	Conceito da Cláusula de Inalienabilidade.....	606
29.2.2	Espécies de Inalienabilidade .....	606
29.2.3	Efeitos da Inalienabilidade. Exceções .....	607
29.3	Cláusula de Incomunicabilidade .....	609
29.4	Cláusula de Impenhorabilidade.....	610
29.5	Cláusula de Conversão de Bens da Legítima.....	611
29.6	Cláusula de Administração de Bens à Mulher Herdeira no Código de 1916 .....	612
29.7	Sub-rogação de Vínculos .....	612
29.8	Cláusulas Restritivas no Código Civil de 2002.....	614
<b>30</b>	<b>Testamento .....</b>	<b>617</b>
30.1	Introdução .....	617
30.2	Aspectos Históricos.....	618
30.3	Definição, Conceito e seus Elementos Constitutivos.....	620
30.3.1	O Testamento é Negócio Jurídico.....	621
30.3.2	O Testamento é Ato Unilateral .....	621
30.3.3	O Testamento é Ato de Última Vontade ou <i>Causa Mortis</i> .....	621
30.3.4	O Testamento é Negócio Jurídico Revogável.....	622
30.3.5	O Testamento é Ato Solene .....	622
30.3.6	O Testamento é Ato Personalíssimo .....	624
30.4	Disposições não Patrimoniais do Testamento .....	625
30.5	Gratuidade do Testamento .....	627
<b>31</b>	<b>Capacidade de Testar e Capacidade de Adquirir por Testamento .....</b>	<b>629</b>
31.1	Capacidade de Testar (Capacidade Testamentária Ativa).....	629
31.1.1	Incapacidade em Razão da Idade .....	630
31.1.2	Incapacidade por Falta de Discernimento ou Enfermidade Mental .....	631
31.1.3	Diferença entre Incapacidade de Testar e Vícios de Vontade... ..	635
31.1.4	Surdos-mudos.....	636
31.2	Sobre outras Incapacidades.....	637
31.3	Capacidade de Adquirir por Testamento (Capacidade Testamentária Passiva) .....	639
31.3.1	Situação do Nascituro .....	640
31.3.2	Atribuição Testamentária à Prole Eventual.....	640
31.4	Incapacidade Relativa ou Falta de Legitimação para Adquirir por Testamento .....	643
31.5	Simulação de Contrato Oneroso e Interposição de Pessoas .....	644

<b>32 Formas de Testamento. Testemunhas. Codicilos.....</b>	<b>647</b>
32.1 Introdução.....	647
32.2 Perda, Extravio ou Destruição do Testamento.....	650
32.3 Testamento Público.....	650
32.3.1 Registro e Cumprimento do Testamento Público (Disposições Processuais).....	656
32.4 Testamento Cerrado (Secreto ou Místico).....	657
32.4.1 Atividade Notarial no Testamento Cerrado.....	659
32.4.2 Testador e sua Posição no Testamento Cerrado.....	661
32.4.3 Abertura, Registro e Cumprimento do Testamento Cerrado (Disposições Processuais).....	664
32.5 Testamento Particular.....	665
32.5.1 Testamento Particular Excepcional.....	669
32.5.2 Publicação e Confirmação do Testamento Particular (Disposições Processuais).....	671
32.6 Testamentos Especiais.....	672
32.7 Testemunhas Testamentárias no Código de 1916.....	674
32.7.1 Testemunhas no Testamento no Código de 2002.....	675
32.8 Codicilos.....	677
<b>33 Disposições Testamentárias: Conteúdo, Interpretação e Análise.....</b>	<b>681</b>
33.1 Conteúdo do Testamento.....	681
33.2 Interpretação da Vontade Testamentária.....	682
33.3 Disposições Simples, Condicionais, com Encargo, por Certa Causa e a Termo.....	686
33.4 Identificação dos Beneficiários. Disposições Nulas. Pluralidade de Sucessores. Disposições Testamentárias Anuláveis.....	689
<b>34 Legados. Modalidades.....</b>	<b>693</b>
34.1 Interação do Conceito.....	693
34.2 Legado de Coisa Alheia.....	696
34.3 Legado de Usufruto e Direitos Reais Limitados.....	698
34.4 Legado de Imóvel.....	698
34.5 Legado de Alimentos.....	699
34.6 Legado de Crédito.....	701
<b>35 Efeitos dos Legados e seu Pagamento.....</b>	<b>703</b>
35.1 Forma de Aquisição dos Legados.....	703
35.2 Quem Efetua o Pagamento dos Legados.....	706
35.3 Efeitos.....	706

<b>36 Caducidade dos Legados</b> .....	711
36.1 Introdução .....	711
36.2 Modificação da Coisa Legada .....	712
36.3 Alienação da Coisa Legada .....	713
36.4 Perecimento ou Evicção da Coisa Legada .....	714
36.5 Caducidade por Indignidade .....	716
36.6 Caducidade pela Pré-Morte do Legatário .....	716
<b>37 Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários</b> .....	717
37.1 Introdução. Conceito .....	717
37.2 Direito de Acrescer entre Coerdeiros .....	720
37.3 Direito de Acrescer entre Legatários.....	722
37.4 Direito de Acrescer no Usufruto .....	723
<b>38 Substituições. Fideicomisso</b> .....	725
38.1 Substituições. Conceito. Origem. Vontade do Testador e Limites Legais.....	725
38.2 Substituição Vulgar e Recíproca .....	728
38.3 Fideicomisso .....	729
38.3.1 Histórico do Fideicomisso .....	730
38.3.2 Modalidades de Fideicomisso. Objeto. Duração. Fideicomisso Residual.....	731
38.3.3 Fideicomitente, Fiduciário e Fideicomissário. Direitos e Deveres. Caducidade e Extinção do Fideicomisso.....	733
38.3.4 Fideicomisso e Usufruto .....	737
38.3.5 Utilidade do Fideicomisso.....	738
<b>39 Deserdação</b> .....	739
39.1 Exclusão dos Herdeiros Necessários.....	739
39.2 Origens Históricas.....	743
39.3 Requisitos da Deserdação.....	744
39.4 Prova da Causa da Deserdação.....	745
39.5 Casos de Deserdação.....	748
39.6 Efeitos da Deserdação .....	751
39.6.1 Os Efeitos Não Passam da Pessoa do Deserdado .....	751
39.6.2 Diferenças na Situação Jurídica do Indigno e na Situação Jurídica do Deserdado.....	753
39.6.3 Destino dos Bens que Caberiam ao Deserdado .....	753

<b>40 Redução das Disposições Testamentárias</b> .....	755
40.1 Conceito.....	755
40.2 Procedimento para a Redução.....	757
40.3 Cálculo da Parte Inoficiosa .....	761
40.3.1 Doações e Parte Inoficiosa .....	762
40.4 Regras para a Redução.....	763
<b>41 Nulidades do Testamento. Revogação e Caducidade</b> .....	767
41.1 Nulidades em Matéria de Testamento .....	767
41.2 Revogação do Testamento .....	771
41.2.1 Revogação pela Abertura ou Dilaceração do Testamento Cerrado.....	775
41.2.2 Revogação Presumida (Ruptura do Testamento).....	776
41.3 Caducidade dos Testamentos.....	778
<b>42 Testamenteiro</b> .....	779
42.1 Conceito. Origens.....	779
42.2 Natureza Jurídica .....	779
42.3 Da Necessidade da Testamentaria.....	781
42.4 Escolha e Nomeação do Testamenteiro .....	781
42.5 Posse dos Bens da Herança .....	782
42.6 Obrigações do Testamenteiro .....	784
42.7 Testamenteiros Simultâneos.....	787
42.8 Remuneração do Testamenteiro (a Vintena) .....	788
42.9 Extinção da Testamentaria .....	791
<b>43 Sonegados</b> .....	793
43.1 Conceito.....	793
43.2 Requisitos da Sonegação.....	796
43.3 Quem Pode Praticar a Sonegação .....	798
43.4 Momento em que Ocorre a Sonegação.....	799
43.5 Quem Pode Mover Ação de Sonegados .....	801
43.6 Ação de Sonegados.....	802
43.7 Efeitos da Sonegação. Penas.....	802
<b>44 Colações</b> .....	805
44.1 Conceito. Fundamento .....	805
44.2 Colação e Redução das Liberalidades.....	809
44.3 Quem Deve Colacionar .....	810
44.4 Momento da Colação. Procedimento .....	812

44.5	Valor da Colação.....	813
44.6	Objeto da Colação. Bens que não são Colacionados.....	814
<b>45</b>	<b>Partilha. Garantia dos Quinhões. Invalidez da Partilha .....</b>	<b>817</b>
45.1	Partilha. Conceito. Início do Procedimento .....	817
45.2	Espécies de Partilha.....	820
45.3	Regras a Serem Observadas para uma Melhor Partilha.....	822
45.4	Frutos dos Bens Hereditários.....	824
45.5	Partilha Feita em Vida .....	824
45.6	Sobrepilha.....	826
45.7	Garantia dos Quinhões Hereditários. Responsabilidade pela Evição.....	828
45.8	Invalidez da Partilha: Nulidade e Anulação. Rescisão da Sentença de Partilha.....	829
<b>46</b>	<b>Encargos de Herança. Pagamento das Dívidas .....</b>	<b>835</b>
46.1	Espólio. Encargos da Massa Hereditária .....	835
46.2	Procedimento para o Pagamento das Dívidas do Espólio .....	836
46.3	Dívidas da Massa Hereditária: Dívidas Póstumas. Dívidas com Privilégio Geral.....	840
46.4	Responsabilidade dos Herdeiros .....	842
46.5	Pedido de Separação de Patrimônios Feito por Legatários e Credores...	842
	<b>Bibliografia.....</b>	<b>845</b>
	<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>853</b>